



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL -
NÍVEL DE MESTRADO**

KELLY CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINELLI

**A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO
MUNICÍPIO DE UMUARAMA-PR**

**TOLEDO-PR
2018**

KELLY CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINELLI

**A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO
MUNICÍPIO DE UMUARAMA-PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Toledo-PR, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social - nível de Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Marques Oliveira.

KELLY CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINELLI

**A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO
MUNICÍPIO DE UMUARAMA-PR**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social - nível de Mestrado, área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Toledo-PR.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Marques Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dr. Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Osmir Dombrowski
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE

Toledo, 08 de junho de 2018.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Martinelli, Kelly Cristina de Oliveira
A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA
NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA - PR : Eficiência, eficácia e
efetividade da Política Pública. / Kelly Cristina de
Oliveira Martinelli; orientador(a), Edson Marques
Oliveira, 2018.
78 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e
Sociais, Graduação em Serviço Social Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social, 2018.

1. Assistência Social. 2. Política Pública. 3. População
em situação de rua. I. Oliveira, Edson Marques. II. Título.

ATA DE DEFESA



Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de Kelly Cristina de Oliveira Martinelli, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e de acordo com a Resolução do Programa e o Regimento Geral da Unioeste.

Ao(s) 6 dia(s) do mês de julho de 2018 às 14h00min, no(a) Sala 08, Bloco E, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Kelly Cristina de Oliveira Martinelli**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - nível de Mestrado, na área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Osmir Dombrowski, Edson Marques Oliveira, Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Edson Marques Oliveira, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado, intitulada: "**A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA - PR**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Osmir Dombrowski, Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi APROVADA (a). A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Toledo, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Observações:

Orientador(a) - Edson Marques Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

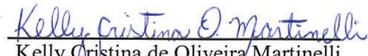
Osmir Dombrowski

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KELLY CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINELLI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo
Universidade Federal Fluminense (UFF)



Kelly Cristina de Oliveira Martinelli
Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – NÍVEL MESTRADO
CAMPUS DE TOLEDO – PR

PARECER DA BANCA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Data: 06 de julho de 2018.

Horário: 14h00

Nome da aluna: Kelly Cristina de Oliveira Martinelli

Orientador: Professor Dr. Edson Marques Oliveira

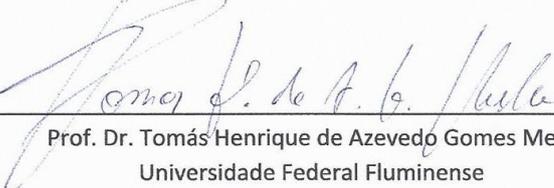
Área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos
Linha de Pesquisa: Políticas Sociais, Desenvolvimento e Direitos Humanos

**Título da Dissertação: “A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA DE RUA NO
MUNICÍPIO DE UMUARAMA - PR”.**

Membro da banca: Prof. Dr. Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo – Universidade
Federal Fluminense

OBS: A participação do membro externo da banca ocorreu por meio de
Videoconferência.

Conceito: Aprovada



Prof. Dr. Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo
Universidade Federal Fluminense

À memória de minha avó, Valdete Ribeiro de Oliveira, mulher negra e viúva que criou sozinha sete filhos e contribuiu com a educação dos netos até os seus 57 anos de idade, cuja a saudade me inspira a ser uma mulher forte, corajosa e determinada como ela foi.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que permitiu tudo que aconteceu desde que cheguei ao Estado do Paraná, em 2013, para fazer a residência técnica na pós-graduação. Ele é o maior mestre que alguém pode conhecer. Tudo o que aprendi foi fundamental para chegar até aqui, e não somente neste período do mestrado, mas em todos os momentos vividos até hoje.

Ao meu marido e companheiro Rogério, que com seu amor e carinho soube me apoiar e me incentivar a prosseguir, compreendeu todos os meus momentos e dificuldades e não me deixou desistir todas as vezes que eu tentei, e por alegrar a nossa casa com a Mel (nossa filha de quatro patas). Seu apoio e cuidado foram definitivos em todos os momentos deste trabalho. Obrigada meu amor, eu te amo.

A minha mãe, Creusa, que com seu amor incondicional me deu todo apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimos, frustrações e cansaço; e que me ensinou a lutar pelos meus sonhos e não desistir. A senhora é meu porto seguro.

A minha tia, Silvania (Lala), por toda amizade, carinho e incentivo, por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida, por compreender minha ausência. Sem você eu jamais saberia o que é ter uma tia.

Ao meu pai, aos meus irmãos, primos, tios, sogros e demais familiares, que sempre estiveram ao meu lado, nas horas boas e ruins, vibrando comigo a cada vitória e conquista, compreendendo todos os momentos da minha ausência dedicados a este sonho. Em especial, ao meu irmão caçula, Carlos Emanuel, que eu amo incondicionalmente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edson Marques, por me escolher e acreditar na minha pesquisa e por, mesmo sendo em um prazo menor, aceitar o desafio. Obrigada pela orientação, dedicação, paciência e, principalmente, amizade.

Aos meus amigos de Dourados/MS, que sempre me apoiaram e alegraram os meus dias com mensagens e ligações. Aos novos amigos do Paraná, que alegam nossos dias em Umuarama e região. A minha amiga, Vivian, e sua mãe, dona Neli, por todo carinho e cuidado ao longo desse processo, principalmente pela hospedagem e pelos deliciosos cafés da manhã. A minha grande companheira de estrada, Soninha, pela amizade e confiança. E as minhas amigas paranaenses lindas, o “Quinteto Fantástico”, Magna, Leoníria, Flora e Angélica. A amizade de vocês é fundamental na minha vida. Ao meu querido médico, Dr. Luis Gustavo, por todos seus cuidados médicos, seu apoio e sua amizade durante todo esse processo, desde que cheguei ao Estado do Paraná.

À CAPES, pelo apoio financeiro. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nível de mestrado, pelo que foi ensinado, apreendido, vivido e construído durante esses dois anos.

E, por fim, agradeço a todas as pessoas em situação de rua que participaram da minha pesquisa, aos militantes e aos apoiadores do Movimento Nacional de População de rua, vocês têm todo meu respeito e admiração. Afinal, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária é nossa.

Muito obrigada!



*Oi, leva eu, povo da rua,
Eu também quero ir, povo da rua,
Que já chegou a missão, vamos todos no unir,
Leva eu, povo da rua.
Trabalhamos todos juntos, povo da rua,
Verdadeiro mutirão, povo da rua,
Fé em Deus e pé na tábua, buscando a libertação,
Leva eu, povo da rua.
Nestes tempos tão difíceis, povo da rua,
A cidade vai ouvir, povo da rua,
O grito dos oprimidos pra justiça construir,
Leva eu, povo da rua.
Somos o povo de Deus, povo da rua,
Nós também temos direitos, povo da rua,
Nossa luta começou, pra parar não tem mais jeito,
Leva eu, povo da rua.*

(Hino do Movimento Nacional da População de Rua)

MARTINELLI, Kelly Cristina de Oliveira. **A rede de atenção à população adulta em situação de rua no município de Umuarama-PR**. 2018. 75f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2018.

RESUMO

Nas últimas décadas no Brasil, notamos o crescimento e a gravidade do fenômeno da população em situação de rua. Esse fenômeno é composto por fatores bastante divergentes, que vão desde falta de emprego; rupturas familiares; a mudança para outra cidade em busca de uma vida mais digna; problemas de saúde, inclusive doenças mentais; problemas com alcoolismo; dependências de drogas, dentre outros. Tal constatação, bem como a pressão popular pela via do movimento desse seguimento, que foi criado pelo decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, instituiu, no Brasil, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento que, estabelecido junto com a política nacional, define tal população como sendo um agrupamento heterogêneo de indivíduos, vulneráveis em relação à falta de trabalho, moradia convencional regular e à impossibilidade de sustento próprio ou familiar. Essas pessoas vivem em situações de limite de sobrevivência e utilizam logradouros públicos e áreas degradadas como moradia e para o sustento, alguns de forma temporária, outros de forma permanente, bem como fazem uso das unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória. Ademais, temos o SUAS, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), criada para regulamentar a assistência social. Assim, PNPSR atende à modificação da LOAS e objetiva a implantação de Centros de Referência Especializados para atender essa população. Tais características constituem uma rede de atendimento. A partir da experiência da pesquisadora junto ao acompanhamento da implantação e implementação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP), no Município de Umuarama, no estado do Paraná, vislumbramos a seguinte problematização: as políticas preconizadas pelo Estado estão de fato sendo desenvolvidas? Para realização dessa investigação, a partir do método científico, utilizamos a abordagem qualitativa, análise documental e entrevista junto a um grupo dessa população, por meio de um estudo de caso das unidades dos Centros POP, da Casa da Sopa Dr. Leopoldino e da Associação de Apoio à Promoção Profissional (Apromo). A hipótese deste trabalho foi confirmada de maneira parcial, uma vez que a implantação da política foi realizada de modo satisfatório, o que pode ser comprovado com os dados que foram levantados, organizados e analisados. Ao final, são apresentadas algumas considerações e sugestões possíveis para melhorar o atendimento de rede da política pública para a população em situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em situação de rua; Políticas; Assistência Social.

MARTINELLI, Kelly Cristina de Oliveira. **The attention network to the adult population in street situation in the municipality of Umuarama-PR**. 2018. 75f. Dissertation (Master's in Social Work) - Western Paraná State University, Toledo-PR, 2018.

ABSTRACT

In the last decades in Brazil, we noticed the growth and the seriousness of the phenomenon of the population in a street situation. This phenomenon is composed of quite divergent factors, ranging from lack of employment; family breakdowns; relocation to another city in search of a more dignified life; health problems, including mental illness; problems with alcoholism; drug dependencies, among others. This finding, as well as the popular pressure by the movement, which was created by decree no. 7.053, on December 23rd, 2009, established, in Brazil, the National Policy for the Population in Street Situation (PNPSR) and its Intersectoral Monitoring Committee, which, together with the national policy, defines this population as being a heterogeneous group of individuals, vulnerable in relation to lack of work, regular conventional housing and the impossibility of self or family support. These people live in extreme survival situations and they use public places and degraded areas as housing and their livelihood, some temporarily, others permanently, and they make use of units for temporary overnight accommodation or as temporary dwelling. In addition, there is the Unified Social Assistance System (SUAS), which complements the Organic Law of Social Assistance (LOAS), created to regulate social assistance. Thus, PNPSR answers the LOAS modification and aims at the implementation of Specialized Reference Centers to serve this population. These characteristics constitute a service network. The researcher's experience in monitoring the implementation of the Specialized Reference Center for the Population in Street Situation (Centros POP), in the Municipality of Umuarama, in the state of Paraná, lead to the following problematization: are the policies advocated by the State being, in fact, developed? To carry out this research, using the scientific method, we used the qualitative approach, documentary analysis and interview with a group of this population, through a case study of Centro POP units, Dr. Leopoldino's Soup Kitchen, and the Support Association to Professional Promotion (Apromo). The hypothesis of this work was partially confirmed, since the implementation of the policy was carried out in a satisfactory way, which can be proven with the data that were collected, organized and analyzed. At the end, some possible considerations and suggestions are presented to improve the public policy network service for population in street situation.

KEYWORDS: People in street situation; Policies; Social assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).....	49
Figura 2 - Casa da Sopa Dr. Leopoldino	51
Figura 3 - Associação de Apoio à Promoção Profissional (Apromo)	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária	57
Gráfico 2 - Gênero	57
Gráfico 3 - Escolaridade	57
Gráfico 4 - Atividades que exercem para obter renda	58
Gráfico 5 - Programas sociais do Governo Federal	598
Gráfico 6 - Faz uso de drogas	59
Gráfico 7 - Possui contato com a família.....	60
Gráfico 8 - Tempo em que estão na rua.....	600
Gráfico 9 - Motivo de estarem em situação de rua	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apromo	Associação de apoio à Promoção Profissional
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional de População de Rua
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSE	Proteção Social Especial
SEDS	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 REDE SOCIOASSISTÊNCIA DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA	20
1.1 PROTEÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	20
1.2 POLÍTICA SOCIAL	22
1.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	24
1.4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA..	30
1.4.1 População em Situação de Rua e a Violência	31
1.5 MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR)	34
2 REDE SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA: APROXIMAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	38
2.1 APROXIMAÇÃO TEÓRICA.....	38
2.2 CAMINHO METODOLÓGICO	41
2.3 PESQUISA DE CAMPO	45
2.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	466
3 MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA E ANÁLISE DOS DADOS	48
3.1 MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL DESTINADO À POPULAÇÃO DE RUA DE UMUARAMA-PR	48
3.1.1 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)	48
3.1.2 Casa da Sopa Dr. Leopoldino.....	50
3.1.3 Associação de Apoio à Promoção Profissional (Apromo)	54
3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	633
REFERÊNCIAS	666
ANEXOS	711

INTRODUÇÃO

O interesse por este estudo ocorreu pela inserção da pesquisadora como Residente Técnica em Serviço Social, na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), no estado do Paraná, por meio do programa de pós-graduação em Gestão pública, com ênfase no Sistema Único de Assistência Social, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Neste mesmo período, foi implantado, no município de Umuarama-PR, por meio do financiamento federal para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), com recursos do plano Brasil Sem Miséria, acompanhado pela SEDS.

O Centro POP se constitui em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua se integram as demais ações da política de assistência social que compõem a rede de atendimento no município para essa população, os órgãos de defesa de direitos e as demais políticas públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional –, de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e das potencialidades dessa população (CENTRO POP, 2011, p. 10).

A importância desse estudo contribui para minha formação quanto pesquisadora desse fenômeno da população em situação de rua, que vem crescendo e ganhando visibilidade no país e estímulo para as ações de políticas públicas. Com esse estímulo a ações para a população em situação de rua¹, o município de Umuarama ganha forças para seguir no acesso a esses direitos para a população em situação de rua. Dada as poucas produções teóricas existentes sobre população em situação de rua no Brasil, este estudo contribuirá com o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social, área de Concentração Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* Toledo-PR.

¹ Conforme Costa (2005), pessoas em situação de rua são caracterizadas em diferentes níveis de complexidade. Por exemplo, podem ser: crônicos, indivíduos que vivem um longo período de suas vidas nas ruas ou em albergues públicos; em episódicos, que alternam suas estadias (situação nômade): nas ruas ou em residências; e/ou transitórios, que são aqueles que vivem temporariamente nas ruas e, em razão de uma crise situacional aguda, acabam sendo desabrigados.

A importância do tema se dá pela sua gravidade e a recém implantação de uma Política Nacional para População em Situação de Rua que, ao especificar seus objetivos, analisa a implantação de centros de referência especializados, serviços de segurança alimentar e acolhimento para o atendimento a esse segmento no âmbito da política de assistência social, lançando bases para que, em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevesse a implantação desta unidade no SUAS, que passou a ser apoiado pelo MDS, a partir de 2010, visando, assim, à construção de novas trajetórias de vida para essa população.

Nessa dissertação, buscamos analisar como as políticas preconizadas pelo Estado estão sendo desenvolvidas dentro da rede de atendimento e como é feita a inclusão dessas pessoas em situação de rua nos serviços ofertados e principalmente no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal no Município de Umuarama.

O estudo permitiu a identificação de cada entidade social no município inscrita na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), da forma que o plano de ação de ambas é executado, e de como os serviços ofertados podem proporcionar vivências para o alcance da autonomia das pessoas em situação de rua. Desse modo, identificamos a importância de um trabalho de rede, que implica na atuação integralizada de atenção a essa população, podendo ser conduzida a soluções mais efetivas, tendo em vista toda a complexidade norteada pela população de rua. Além disto, identificamos também um movimento da sociedade civil, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)², que tem como objetivo construir e garantir políticas públicas para a população em situação de rua.

A partir do que foi delimitado como problema e após as definições sobre a questão de metas e metodologias, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica, análise documental, observação e de entrevistas com os adultos (homens e mulheres) que frequentam os locais de atendimento à população em situação de rua.

Para a apresentação desses dados, estruturamos o trabalho em três partes. O primeiro capítulo, *Rede Socioassistencial de Atenção à População Adulta em Situação de Rua*, apresenta, a partir da Constituição de Federal de 1988, a proteção social, a política social e algumas normativas que tratam da atenção às pessoas em situação de rua e sua referência histórica no Brasil.

O segundo capítulo, intitulado *Rede Social e Política Pública: Aproximação Teórica e Metodológicas*, mostra como foi realizada a aproximação teórica com a rede social e as

² O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua, organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais dos serviços públicos organizados a nível nacional.

políticas públicas; detalha o caminho metodológico, o processo da pesquisa de campo e cada fase dos processos percorridos; e apresenta uma abordagem qualitativa para uma melhor visão e compreensão da rede social.

O terceiro capítulo, *Mapeamento da Rede de Atendimento do Município de Umuarama e Análise dos Dados*, apresenta uma análise da rede social existente no município de Umuarama, os resultados alcançados na Fase I da metodologia e demonstra as histórias das instituições pesquisadas e suas características no atendimento. E, para finalizar, são apresentadas as considerações desta dissertação.

1 REDE SOCIOASSISTENCIAL DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, são apresentadas algumas normativas que regem a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS, que propõe a integralidade no atendimento a esse segmento populacional, e os preceitos constitucionais relativos à assistência social e sua referência histórica no Brasil.

Para entender a dinâmica da rede socioassistencial³ e as condições de atendimento exclusivo às pessoas em situação de rua, é necessário compreender todo o contexto histórico, desde a Constituição Federal de 1988 e suas diretrizes da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o propósito de identificar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento social.

1.1 PROTEÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

As políticas de proteção no Brasil, nas quais estão inclusas a de saúde, da previdência e da assistência social, são vistas como conquistas históricas das lutas do trabalho para a proteção da população.

Desse modo, o referido estudo possibilitará uma ampliação dos conhecimentos referentes à crise econômica e ao processo de democratização no Brasil dos anos 1980, cuja Constituição Federal de 1988, em período marcado pelas restrições a direitos individuais, políticos e sociais da população, resultou no fim da censura, na livre organização partidária, no retorno das eleições diretas e na divisão dos poderes.

Com essas conquistas, o Brasil finalmente deixa as características do período ditatorial. No interior desse processo de mudanças do Estado, estavam inscritos nas políticas sociais – alvo preferencial do ataque das ideias neoliberais –, as quais foram matéria prioritária dos cortes de gastos públicos promovidos em nome da estabilização econômica, do controle da inflação e da saída para a suposta crise fiscal (BEHRING, 2003, p. 130-148).

³ A Rede Socioassistencial é uma política social constituída por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** e são prestados diretamente ao cidadão ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos. Os princípios e diretrizes devem assegurar garantias sociais, como Segurança de Acolhida; Segurança de Sobrevivência e Renda; Segurança de Convívio e Convivência. Estão voltadas para o atendimento de todos, pessoas de qualquer idade ou famílias que se encontram em situação de privação, vitimização, exploração, vulnerabilidade, exclusão pela pobreza, risco pessoal e social.

Segundo Behring (2003), a década de 1980 é um marco para o processo de redemocratização no Brasil. A autora caracteriza algumas precondições econômicas, políticas, sociais e culturais que delinearão o contexto da formulação e implementação do Plano Real, a partir de 1994 (FHC), e a hegemonia do projeto neoliberal no Brasil, com seu conjunto de contrarreforma. A partir deste momento, aprofundam-se as dificuldades para formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda no conjunto da América Latina. No entanto, Behring (2003) afirma que as principais características deixadas nesse período foram o empobrecimento generalizado na América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; e o favorecimento da produção para exportação, em detrimento das necessidades internas.

Sendo assim, mesmo com avanço das políticas neoliberais, tiveram continuidade todos os movimentos da transição política para o Estado Democrático de Direito, que ganhou força na década de 1980 e que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nesse período houve um aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais [...] As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de 'Constituição Cidadã' (SCHERER-WARREN, 2008, p. 11-12).

Na constituição de 1988, ocorre uma ênfase na priorização de uma política industrial. Essa política previa fortes subsídios do Estado e instrumentos indutores e estruturantes para a economia brasileira. Por esse motivo, a proposta foi recebida com cautela pelo empresariado e foi duramente criticada pelos economistas liberais, porque, segundo eles, ela mantinha ultrapassadas ilusões dirigidas.

A autora, referindo-se à Nogueira (1998), observa que, ao longo dos anos 1980, as dificuldades do Estado adquiriram transparência em alguns aspectos: sua intensa centralização administrativa; suas hipertrofias e distorção organizacional, por meio do empreguismo, da sobreposição de funções e competências e da feudalização; sua ineficiência na prestação de serviços e na gestão; sua privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos, em favor da burguesia interna e na estrutura de benefícios e subsídios fiscais; seu déficit de controle democrático, diante do poder dos tecnocratas; e, dentro disso, o

reforço do Executivo em detrimento dos demais poderes (NOGUEIRA, 1998 apud BEHRINH, 2003).

Considerando a promulgação da Constituição Federal (1988), até a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada pelo Congresso Nacional em 1993, que reconheceu “[...] a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais [...]” (BRASIL, 1993), houve um longo percurso na caminhada pelos movimentos sociais para que a assistência social fosse regulamentada como política pública, já que a Constituição passa a ser uma política pública nos artigos 203 e 204, aplicando a Assistência Social junto à Saúde e à Previdência Social, como componentes do tripé da Seguridade Social. Com isso se explicam as transformações e os desvios ocorridos no Brasil com fim da ditadura militar e as contradições da transição democrática, que criaram as condições econômicas, políticas, intelectuais e morais para os acontecimentos ocorridos a partir da década de 1990.

Apesar de a estrutura da seguridade brasileira pós-1988 ter sido orientada pelo conteúdo daquelas que moldam o Estado de bem-estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de empobrecimento da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que, no Brasil, a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu em uma universalização do acesso aos benefícios sociais (MOTA, 2006).

Sendo assim, os direitos sociais na Constituição de 1988, diante da realidade brasileira, criaram uma possibilidade de reflexão e mudança, abrindo um novo espaço para a proteção social e fortalecendo a política social, a fim de que superassem as práticas assistenciais e clientelistas, além do surgimento de novos movimentos sociais de lutas que objetivavam sua efetivação e o fortalecimento da assistência social, saúde e previdência, criando uma estrutura de política social que abordaremos no próximo tópico.

1.2 POLÍTICA SOCIAL

Entendemos política social, para os fins aqui propostos, como uma garantia das políticas públicas e direito dos cidadãos. Segundo Pereira (2009), esse elo entre política social e cidadania se tornou uma tendência intelectual e política. É possível verificar a sua importância com o surgimento dos movimentos sociais.

Por entender as diferentes manifestações da questão social, que expressam situações de trabalho/desemprego, pobreza, miséria, saúde, habitação e a situação de rua, é colocada em

pauta a necessária discussão sobre a garantia e efetivação das políticas sociais públicas, organização, gestão, controle e financiamento dos serviços sociais.

Assim, faremos uma breve contextualização da Política de Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988, especificando, com mais precisão, a política social, a proteção social a partir da Constituição Federal de 1988, a população em situação de rua e as características desta.

A partir da pesquisa bibliográfica, constatamos que na literatura atual sobre o tema é possível destacar os seguintes autores de maior importância, Vicente Faleiros, Evaldo Vieira e José Paulo Netto, sendo que eles fazem uma relação direta entre as políticas sociais, implementadas pelo Estado, e suas implicações na esfera social.

A política social tem se expressado como uma política que visa ao bem-estar da população, lembrando que é o papel do Estado a formulação, execução e avaliação de programas que visem estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica, resultante do modelo de produção capitalista.

Segundo Vieira (1992, p. 19), a política social foi historicamente compreendida como resposta às necessidades sociais, satisfazendo-as ou não, pois a política econômica e a social se vinculam à acumulação do capital como uma estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, que unicamente pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX.

Após a revolução industrial, surge a necessidade da intervenção do Estado no capitalismo, por meio de medidas legais com a política keynesiana⁴ (1930-1970). O Estado passou a prestar serviços sociais fundamentais, servindo também para criar o ambiente adequado para a expansão do capitalismo. Monopólios (trustes e cartéis) tomaram o lugar da livre concorrência e a produção desordenada do capitalismo deu lugar à produção planejada e organizada, em proveito do empresariado. Esse capitalismo monopolista passou, então, à exportação de capital e bens de capital, ou seja, as máquinas, os equipamentos, os materiais de transporte e as instalações de uma indústria, também conhecidos como bens de produção, indispensáveis para levar adiante o processo de industrialização (VIEIRA,1992).

As mobilizações operárias levaram ao surgimento da “política social”, que serve para a contenção dos movimentos sociais de várias categorias, como o da classe trabalhadora, das mulheres, de pessoas em situação de rua, dentre outros. O Estado, fazendo uso de seu poder e força, fixa as orientações das políticas econômicas e sociais do cotidiano, evidenciando seu

⁴ Keynesianismo é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia a ação do estado na economia, com o objetivo atingir o pleno emprego.

sentido de ampliação do capitalismo. As políticas sociais possuem esferas específicas: educacional, habitacional, da saúde, previdenciária ou assistencial, que se constituem como estratégia governamental (VIEIRA, 1992).

De acordo com Trotta (2008), a política social é a política pública mais conhecida e, exatamente por isso, é alvo de muitas correntes em relação ao que se define para os profissionais das mais diferentes áreas. Especificamente para os profissionais de serviço social, a política social pode ser compreendida como a efetivação e avaliação de programas que propendam estabelecer medidas de proteção social aos sujeitos marcados pela exclusão econômica, em virtude do modelo capitalista, ou devido aos diversos imprevistos cotidianos.

Carvalho (2007) acrescenta que política social é uma terminologia muito vaga, já que todos os tipos de política pública podem direta ou indiretamente serem considerados como políticas sociais. Entretanto, o principal cerne da política social é a sua transversalidade. Por exemplo, ao se construir uma estrada rural, pensa-se somente como uma obra de engenharia, porém, é mais que isto, pois, por meio dessa estrada, crianças poderão ter acesso à escola, a assistência médica será facilitada e a circulação de produção melhorará a renda. Portanto, melhorar as condições gerais da vida da população é, no fim, uma política social.

Dessa forma, a partir da Constituição Federal de 1988, em relação ao campo da política social, foi possível ver uma confluência virtuosa que foi sendo criada para a implementação do projeto da Seguridade Social brasileiro – Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social – e o movimento da categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-político Profissional” (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 61).

Sendo assim, a política social amplia o acesso aos direitos sociais, fortalecendo a ideia de um direito social com igualdade e justiça social para todo o cidadão. Pode-se dizer que, atualmente, a classe mais afetada pelo sistema econômico é classe trabalhadora e a dos pobres – o que não exclui outras populações e sujeitos de serem alcançados pelos benefícios da criação de políticas públicas –, principalmente a população em situação de rua, que está em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social – assunto do tópico posterior.

1.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No Brasil, os primeiros estudos a respeito da população em situação de rua foram realizados no final de 1970⁵, e somente no final da década 80 esse contingente social cresceu

⁵ Em seu livro, a autora explica a grande dificuldade de coletas de dados sobre a população de rua “É importante observar que a população de rua nunca foi incluída em censos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e

significativamente – momento em que o país inicia, lentamente, a transição do perfil assistencialista para a efetivação da política pública da assistência social.

A partir de 1990, surgem algumas manifestações explícitas no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua e, em 1993, é criado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua⁶. Tais estudos garantiram visibilidade e possibilitaram maior mobilização dessa população pelo acesso à moradia, assistência social e saúde. Nesse sentido, duas iniciativas populares nacionais contribuíram muito para dar visibilidade à população em situação de rua: o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha do Povo de Rua (RAQUEL, 2012).

Com o amadurecimento do Estado brasileiro, no que se refere às políticas públicas para população em situação de rua, foi viabilizado o projeto de Proteção Social Especial (PSE), com “[...] caráter compensatório de reparação de danos, mas igualmente reabilitador de possibilidades psicossociais com vistas à reinserção social [...]”, destinado a todas as pessoas em situação de rua que vivenciam situações de riscos pessoais e sociais ou que tiverem seus direitos violados, ou ameaçados, como violência física, trabalho infantil situação de rua, dentre outros. Sendo assim, a PSE organiza a oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais de caráter especializado (BRASIL, 2011, s.p.).

Nesse cenário, há o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para oferta da atenção especializada a famílias e sujeitos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, visando à superação destas situações, dentro das intervenções especializadas no âmbito da PSE do SUAS. São usuários do CREAS famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade ou qualquer outra situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2011).

Diante desse contexto, cabe aos profissionais empregados pelo Estado, no exercício de suas funções, garantirem a integridade de proteção, considerando as seguranças socioassistenciais a serem afiançadas pela política de assistência social, tais como: segurança alimentar; segurança de sobrevivência; segurança acolhida; segurança de convívio ou

Estatística (IBGE). Por isso, seu número está sempre sob suspeita. Poucas são as referências sobre estimativas existentes nos anos 1970.” (ROSA, 2005, p. 67).

⁶ O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua iniciou no de 1993 a partir de parcerias entre entidade governamentais e não governamentais, com objetivo de elaborar políticas públicas aos moradores em situação de rua em Belo Horizonte/MG.

vivência familiar, cultural e social; assim como a criação de condições para que os usuários dos serviços acessem os bens e serviços disponibilizados pelo Estado.

A estruturação da rede de acolhida de acolhimento e atenção ao segmento populacional em situação de rua se realiza de acordo com a heterogeneidade e diversidade dessa população, reordenando práticas homogêneas, na oferta dos serviços, especialmente os albergues. Também é importante que haja produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca das pessoas em situação de rua. No mesmo sentido, faz-se necessária a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal, para que haja elaboração de políticas públicas sociais (BRASIL, 2008).

A respeito da normatização do marco legal para atenção à população de rua, ressaltamos que a LOAS foi alterada, recebendo a obrigatoriedade do amparo à população em situação de rua, por meio da Lei nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005, o que é reafirmado na nova Lei nº 12.435/11, de 06 de julho de 2011. Logo, a nova legislação prevê que o poder público municipal tem a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua (MORAES et al., 2009).

A LOAS foi regulamentada em 1993 e a assistência social foi reconhecida como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, assim como a garantia da universalização dos direitos sociais. Porém, a partir de 2005, a LOAS prevê que:

[...] o poder público municipal deve oferecer programas e serviços destinados à população de rua, sendo que estes devem garantir padrões básicos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esses indivíduos.

No entanto, a política nacional para inclusão da população em situação de rua só se concretizará se diferentes setores do poder público, em conjunto com a sociedade civil, imprimirem ações efetivas de prevenção e resgate social (BRASIL, 2008, p. 36).

A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, leão que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No ano de 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: com a presença dos movimentos

sociais e gestores da assistência social. Foram debatidas, em Brasília, diretrizes, estratégias e recomendações para a formulação de políticas públicas para essa parcela da população.

Neste encontro foram discutidos, em conjunto com os movimentos sociais representativos desse segmento social, os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para essa parcela da população. Como ação prioritária foi destacada a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a sua caracterização socioeconômica, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a tal público (ARGILES; SILVA, 2011, p. 6).

Entretanto, em 2009, o presidente da república instituiu o decreto de Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Em 2009 foi instituída, por Decreto Presidencial, a Política Nacional para População em Situação de Rua, que criou o comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, com coordenação da Secretaria de Direitos Humanos. Trata-se do resultado concreto da mobilização de entidades da sociedade civil, universidades, movimentos, personalidades políticas, agentes públicos e religiosos, e da própria população em situação de rua, pela ampliação do acesso desse grupo às políticas sociais (BRASIL, 2010, p. 18).

Desse modo, a Política Nacional para a população moradora nas ruas atende a modificação da LOAS e traz como meta a implantação de centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social, ou seja, essa política trouxe nova discussão para um antigo problema existente desde o surgimento das grandes cidades (RAQUEL, 2012).

De acordo com Silva (2010), a construção da ideia de cidadania dentro do contexto de pessoas em situação de rua é uma grande dificuldade dos profissionais que atuam com esta população, já que aqueles não se sentem incluídos, ao fazerem comparação da sua situação com a que é garantida para os demais indivíduos da sociedade. Em busca da amenização do problema, algumas estratégias foram levantadas: acolhimento e aconselhamento diferenciado, com foco nas questões sociais, afetivas e biológicas; e aumento da adesão e o retorno ao trabalho, pois assim se sentiram parte da sociedade, como cidadãos.

Para Andrade (2009), pessoas em situação de rua podem ser crianças, adultos, jovens ou pessoas idosas. São sujeitos que foram morar na rua por causas diferentes: falta de emprego, abandono da família, desajuste social ou, ainda, devido a problemas psicológicos.

A população de rua é considerada pela sociedade, como “diferente”, diante das demais pessoas, ou seja, vivem na exclusão social, e estão inseridas em um contexto diferenciado de

interação social, pois há rompimento dos vínculos familiares e na forma como são tratados (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009).

Conforme Costa (2005), pessoas em situação de rua são caracterizadas em diferentes níveis de complexidade. Podem ser: crônicos, indivíduos que vivem um longo período de suas vidas nas ruas ou em albergues públicos; episódicos, aqueles que alternam suas estadias (situação nômade), nas ruas ou em residências; e/ou transitórios, que são aqueles que vivem temporariamente nas ruas e, em razão de uma crise situacional aguda, acabam sendo desabrigados. Os Sem-teto também podem ser classificados de acordo com o local no qual estão alojados: pessoas que moram nas ruas, residentes em albergues, residentes temporários de pensões de baixos custos, moradores de casas ou prédios abandonados. Ademais, eles podem ser classificados conforme as características psicopatológicas: os alcoólatras crônicos, doentes crônicos, doentes mentais crônicos e os indivíduos vítimas de fatores estressantes intensos, como o desabamento de casas. Portanto, a situação do morar na rua apresenta, na contemporaneidade, características próprias, vinculadas à profunda desigualdade e exclusão social.

Muitas das pessoas em situação de rua possuem suas casas nas ruas, que são lares improvisados em espaços que o Estado atribui ao público e são apossados por pessoas que não têm onde morar. São construções improvisadas em áreas públicas que sempre são destruídas pela polícia para serem devolvidas à sociedade em forma de praças, parques e calçadas (BOZZI, 2006).

Algumas vezes, essas pessoas são vistas como indivíduos perigosos, vagabundos – por estarem sem fazer nada e não terem empregos –, e outros não medem esforços ao expressar receio em vê-los pedindo esmola, ou até mesmo por estarem malvestidos, sujos e malcheirosos. Assim expressam seu preconceito e seu descaso com a população (MATTOS; FERREIRA, 2005).

É visível o sentimento de repulsa aos desabrigados, principalmente quando são oriundos de outras cidades, isto é, são desconhecidos (BOZZI, 2006). No Brasil, a situação de pobreza, na maioria das vezes, é relacionada ao crime e a violência. As pessoas que moram nas ruas são julgadas traficantes, assassinos e ladrões, fazendo com que percam seus direitos de cidadãos (RODRIGUES, 2005).

A exposição da miséria nas ruas, consequência do aumento das desigualdades sociais no mundo capitalista e globalizado, é um fenômeno urbano que cresce nas grandes metrópoles brasileiras (BRITO, 2006). Devido a isto, nota-se um número agravante de pessoas em situação de rua nas grandes cidades em busca de sobrevivência.

Logo, visto que o desemprego é uma realidade mesmo para as pessoas bem relacionadas e esclarecidas, como acabar com a desigualdade social e diminuir a miséria que nos cerca? O único trabalho que essas pessoas conseguem é de coletor de lixo reciclável – uma fonte de renda instável, oriunda de um trabalho árduo, que gera lucro insignificante para a manutenção das necessidades (BOZZI, 2006).

Entretanto, Cantarino (2005) destaca que como forma de sobrevivência está a criação de jornais e revistas pelas pessoas em situação de rua, por meio da criação de redes sociais. A Conferência sediada em Glasgow, na Escócia, teve por objetivo reunir 55 publicações de 28 países. Todas as publicações são editadas com papel de boa qualidade e apresentam questões ligadas ao cotidiano dos moradores de rua e abordam assuntos relacionados à arte, ao entretenimento, aos projetos sociais e ao comportamento. A rede teve início em 1991, com apoio da revista inglesa *The Big Issue*, com inspiração na iniciativa do *Street Journal*, vendido pelos sem-teto de Nova York. As pessoas em situação de rua que querem se tornar vendedores de jornais e revistas recebem primeiro um treinamento, um uniforme e um crachá de identificação e não é permitido vender revistas ou jornais sob efeito de entorpecentes ou acompanhado de criança.

Cantarino (2005) prossegue relatando que, no Brasil, duas publicações fazem parte desta rede: a revista *Ocas*, da organização Civil de Ação Social, criada em 2002, na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, e o jornal *Boca de Rua*, de Porto Alegre. Mesmo fazendo parte da rede, as revistas executam seu projeto conforme a realidade de cada cidade.

Trabalhos como os realizados pela rede são importantes para que os moradores de rua tenha esperança e perspectiva de vida futura e garantia de direitos, uma vez que o preconceito é algo bastante presente na vida deles. A sociedade, muitas vezes, rotula essas pessoas como perigosos e sujos. No Brasil, segundo Giorgetti (2006), 58,2% dos médicos já viram um colega evitando atender moradores de rua, pois muitos os associam à criminalidade e, também, devido ao mau cheiro, preferem não atendê-los.

Contudo, as pessoas em situação de rua, assim como os demais cidadãos, têm direito a saúde, ao lazer, à alimentação e à segurança, pois a constituição federal diz que é um direito de todos, por mais que na prática seja bem diferente, já que a sociedade, de um modo geral, tem a ideia de que todos os moradores de rua são vagabundos, criminosos e sujos. Assim, em vez de ajudá-los, tentando encontrar formas de retirá-los das ruas, tentam os levar para outros locais que fiquem longe dos seus olhos (COSTA, 2005).

Nesse sentido, um grande desafio para os trabalhadores do SUAS é propor a reinserção dos moradores de rua, pois os vícios ou a falta de vínculo com os familiares; o

comprometimento mental, principalmente devido a sua moradia na rua; a falta de autoestima; e a perda de identidade fazem com que muitos que moram nas ruas não acreditem em ressocialização e prefiram se manter anônimos na sociedade. Mesmo tendo que lutar diariamente pela sobrevivência nas ruas, eles não se veem reintegrados à sociedade (TORRES, 2008). Isto torna necessário o aprofundamento desse tema e a veracidade do atendimento de rede e sua efetividade. A seguir, será tratado, com mais profundidade, do contexto atual da população em situação de rua.

1.4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

De acordo com Heidrich (2006), foi entre as décadas de 80 e 90 que ocorreram várias inovações tecnológicas que alteraram os meios de produção, comunicação e transporte, elevando o fluxo de comércio e do capital internacional e, conjuntamente, diminuindo o número de postos de trabalhos. Além das revoluções tecnológicas, o Estado também passou por transformações advindas com o neoliberalismo, acarretando no corte de recursos destinados às políticas públicas e no agravamento de expressões da “questão social”, por exemplo, a violência. Conseqüentemente, as famílias, especialmente as brasileiras, ficaram mais vulneráveis, devido à redução das políticas públicas e sociais e da responsabilidade do Estado.

No tocante à generalização da violência, a comunicação de massa pode ser visualizada como um importante veículo de influência, porque a população passa a acreditar no que está sendo veiculado nas comunicações de massa (HORKHEIMER; ADORNO, 1973).

Esse fator de estar nas ruas, está coligado ao que se imagina ao pensar uma população em situação de rua. A cultura de massa apenas traz padrões a fim de se formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumismo. Por isto, os moradores em situação de rua, em suma, são visualizados como “vagabundos”, “moram na rua porque querem”, “bandidos”, “ladrões”, características estas veiculadas pelos mecanismos de comunicação de massa⁷. Ademais, esses estereótipos estão ligados, intrinsecamente, ao poder de consumo dessa população, isto é, no modo de produção capitalista, o indivíduo só possui visibilidade pelo seu poder de consumo, contrário a isso é visto como a margem da sociedade (HORKHEIMER; ADORNO 1973).

⁷ Essa percepção é muito anterior, formulada desde o século XVI, período em que já existia uma distância enorme entre o ter e não ter como se manter em uma sociedade. E a partir da cultura de massa, ganha outra evidência quando se trata do processo do capitalismo contemporâneo, em que você é o que tem ou representa.

Seguindo ainda essa linha de raciocínio, o capitalismo “cria” nas pessoas uma “falsa felicidade”, ligada ao poder de consumir ou adquirir bens materiais, em que o consumo deixa de ser status para se transformar em uma falsa necessidade de satisfação. Logo, quanto maior o poder aquisitivo das pessoas, melhor será a sua satisfação, enquanto que menos poder de consumo, deixam de serem vistos como seres humanos de fato, o que acaba por gerar uma distorção quanto a entender a vida e ao viver em sociedade (LIPOVETSKY, 2007).

A sociedade do objeto apresenta-se como civilização do desejo, prestando um culto ao bem-estar material as alegrias do consumo, por toda parte ressoam os hinos aos lazes e às feias, tudo se vende com promessas de felicidade individual (LIPOVETSKY, 2007, p. 102).

Nessa lógica e contexto da sociedade do consumo e da “falsa felicidade”, os moradores de rua, por não terem o poder de consumo, são vistos como pessoas perigosas e muitos indivíduos têm receio em vê-los pedindo esmolas, em virtude da sua aparência física: sujos, mal cheirosos e com roupas velhas – pensamentos estes culminam no preconceito à população de rua (MATTOS; FERREIRA, 2005).

Vale ressaltar que a população em situação de rua possui especificidades bem diferentes do restante da população, como a pobreza extrema, rompimento com vínculos familiares, falta de moradia convencional regular e a permanência em logradouros públicos. Isto ocorre porque elas vivem na exclusão social e estão inseridas em um contexto diferenciado de interação social, devido ao rompimento dos vínculos familiares (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009).

Além de todas essas situações já apresentadas neste estudo, uma das características observadas durante a pesquisa de campo é o uso frequente de álcool e outras drogas, cujo uso abusivo acaba gerando certas situações de violência que trataremos a seguir.

1.4.1 População em Situação de Rua e a Violência

Violência é um assunto bem amplo e complexo, porém, este estudo chamou a atenção para um tipo de violência, como veremos na sequência. A violência é algo que já existe há muito tempo, mas o sentido de violência retratando a ação de um ser humano em relação a outro ser humano surgiu no século XIII. Antes de discorrermos especificamente sobre a violência e a população em situação de rua, conceituaremos a palavra. Violência vem do latim *vis* que significa força ou vigor, ou seja: “[...] caracteriza um ser humano de caráter irascível e

brutal. Define também uma relação de força que visa submeter ou constranger o outro.” (MUCHEMBLED, 2014, p. 17).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Por isto, a violência não pode ser vista apenas como ação física de uma pessoa contra outra pessoa, pois o não tratamento digno ao próximo e a falta de acesso aos direitos e às condições de vida podem também ser tidos como um tipo de violência, já que gera constrangimento e, conseqüentemente, cada dia mais desigualdade, havendo classes dominantes e classes com condições inferiores (PIKETYY, 2013).

Desse modo, especificamente quanto à violência contra a população de rua, há que se compreender que o debate perpassa pela “questão social” e suas expressões no âmbito da sociedade capitalista, percebendo que essa população estabelece relações sociais e, portanto, são sujeitos de direitos humanos e sociais.

A violência é uma constante na história da humanidade e hoje é meio de ataque, mas também de defesa. Ela demonstra um inconformismo radical em analogia às imperfeições da sociedade (ODALIA, 1985). A violência na sociedade contemporânea é tratada a partir de duas abordagens principais, que partem de pressupostos diversos: um que supõe que a violência faz parte da natureza do ser humano e outra que entende que a violência é socialmente produzida (STIVAL; JUNGES 2009). Assim,

Numa visão marxista, a violência institui-se na construção da história e no modo como se organizam as relações econômicas, sociais e políticas. Dentro dessa perspectiva, a violência aparece vinculada à exploração do homem pelo homem e ao desenvolvimento do modo de produção (STIVAL; JUNGES 2009).

Desse modo, os escritos de Marx auxiliam na compreensão do desenvolvimento da força de trabalho e sua coligação aos mecanismos de violência, enraizada na exploração do trabalho e sua transformação em mercadoria, ou seja, ao olhar de Marx, a compreensão da violência conjectura sobre a estrutura econômica e social, que geram as condições para a violência social que norteiam as relações humanas (STIVAL; JUNGES, 2009).

Logo, a violência, é um fenômeno mundial, histórico e multideterminado, enredado por questões macrossociais de conceituação complexa. Tal fenômeno faz parte da denominada “questão social”, sendo uma de suas expressões mais fortes, revelando a

exacerbação das relações e dos problemas que podem ser ponderados fatores desencadeantes de conflitos, distúrbios e formas de dominação e opressão (JUNIOR, 2007).

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A gênese da “questão social” está arraigada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista. Assim, essa questão vem, ao longo dos anos, assumindo roupagens distintas. Hoje, decifrar as desigualdades sociais, de classes, raça, etnia e religião, dentre outras, é a “questão social” (CISNE, 2012).

Ainda segundo o mesmo autor (2012, p. 103), “[...] as lutas contra as opressões culturais (de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidades etc.) são, fundamentalmente, recortes das desigualdades sociais – de classe [...]”. Portanto, as expressões da “questão social” são colocadas para a ingerência do Estado, que passa a estabelecer políticas públicas que objetem a esta realidade – lembrando que esse momento de busca por garantia de direitos é de grande tensão e luta.

E ao falarmos de violências físicas contra a população de rua, lembramos que é dever do Estado garantir a segurança pública⁸ como um direito de todos. Ademais, ao analisarmos o documento da *Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua*, temos que:

Responsabilização e combate à impunidade dos crimes e atos de violência que têm essa população como público-alvo, ampliando, assim, a possibilidade de que a rua seja um espaço de maior segurança (BRASIL, 2008, p. 16)

Todavia, ao compararmos com a nossa realidade atual, notamos uma imensa falha, pois são enormes os tipos de violências cometidas contra a população de rua, seja ela pelo

⁸ A Constituição República de 1988 prevê, no art.º 144, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares” (BRASIL, 1988, s.p.).

poder público ou pela sociedade, pois todos os dias a uma pessoa em situação de rua sofre alguma agressão física e, em alguns casos, até a morte⁹.

Ainda segundo Rosa 2005, além das violências sofridas nas ruas, existe a violência institucional, que ocorre em diversas maneiras:

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para estas pessoas, viver nas ruas significa, hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do crack (ROSA, 2005, p. 36).

Devido a essa crescente indignação de violência e ao descumprimento de direito com a população em situação de rua, surgiu a formação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que trataremos na sequência.

1.5 MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR)

A partir do que até o momento foi apresentado sobre a configuração da política social para população em situação de rua, queremos, agora, apresentar um tópico que mostra a importância da organização dessa parcela da população em busca de seus direitos.

Por que finalizar essa primeira parte do presente trabalho com algumas notas sobre o Movimento Nacional da População de Rua? Pois: a) constatamos na pesquisa a participação desse movimento para a existência da atual política; e b) o principal papel do movimento é definir estratégias para a construção de políticas públicas.

A trajetória de vida das pessoas que estão nas ruas é muito mais dinâmica e intensa do que poderemos apresentar neste trabalho. Sobretudo, falar de organizações das pessoas em situação de rua nos remete às condições para elas possam se organizar.

Neste sentido, o MNPR se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua, organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais dos serviços públicos organizados a nível nacional. O estímulo à criação do MNPR foi o conhecido

⁹ É uma triste realidade, mas, mensalmente, vemos notícias como essa: Morador de rua é morto a tiros em ponto de ônibus no Centro de Curitiba: segundo a Guarda Municipal, uma pessoa de bicicleta passou no local e disparou os tiros contra o andarilho; caso é investigado como execução (G1 PR, 2018).

Massacre da Sé¹⁰, em 2004, um dos dias mais violentos na vida da população em situação de rua. Nessa data, 15 pessoas que utilizavam o espaço da Praça da Sé em São Paulo, como moradia improvisada, foram brutalmente atacadas na calada da noite, resultando em 7 mortos e 8 gravemente feridos.

Infelizmente, outros atos semelhantes em vários pontos do país também foram registrados. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um marco das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Esse episódio impulsionou grupos da população em situação de rua em São Paulo e Belo Horizonte que iniciaram uma mobilização para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua.

A partir de então, o MNPR passou a ter visibilidade e, em setembro de 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania, as pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram outros companheiros do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia e de Cuiabá. Foi neste encontro que houve o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), como expressão dessa participação organizada em várias cidades brasileiras. Em 2008, um representante do MNPR entrou para o Conselho Nacional de Assistência Social, sendo o primeiro representante de movimento popular eleito.

O MNPR teve, entre suas conquistas emblemáticas, a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto nº 7053/2009. Instituída em decorrência das disposições da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93, a política nacional prevê, dentre outros objetivos, o desenvolvimento de ações educativas permanentes que contribuam para a “[...] formação de uma cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos [...]” (BRASIL, 2009a, s.p.), além da implantação de Centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua, prevendo também a participação da referida população no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua (MELO, 2011)

Em agosto de 2017¹¹, ocorreu o Encontro de 10 anos do MNPR Paraná, em Curitiba, que contou com debates e homenagens a pessoas, organizações e instituições que têm contribuído com o MNPR ao longo destes anos. Durante o evento, tratou-se de diversas violações de direitos humanos, mas a de maior destaque foi a situação de violência vivida

¹⁰ Triste momento vivido pela população em situação de rua. Total desvalorização do direito à vida. Essa notícia chocou nosso país: TJ aceita denúncia ligada a massacre de moradores de rua de SP (FOLHA ONLINE, 2006).

¹¹ Encontro de 10 anos do Movimento Nacional da População de Rua MNPR do Paraná, de 29 a 31 de agosto de 2017, em Curitiba-PR.

pelas pessoas em situação de rua, quer seja institucional, cometida pela polícia, seja até mesmo pelos próprios colegas, principalmente nos casos das mulheres que são obrigadas a ter relações sexuais com seus companheiros de rua e consumir bebidas alcoólicas e drogas.

O desmonte atual das políticas públicas tem gerando grandes conflitos em nossa sociedade, sobretudo os mais atingidos são os que estão nas ruas sem a garantia de nenhum direito fundamental. Portanto, o MNPR tem como objetivo combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida, direito de todo cidadão.

Desde que participamos do Encontro Nacional, relacionamo-nos com pessoas que circulam e se mobilizam em dois grupos de organização coletiva da população de rua: o núcleo estadual do Movimento Nacional da População de Rua do Paraná (MNPR/PR) e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A partir desse evento, iniciamos uma aproximação e fomos nos envolvendo e estabelecendo vínculos com essas pessoas – militantes e apoiadores: expressões utilizadas pelo grupo para categorizar pessoas que participam das reuniões e ações do movimento. Os militantes são pessoas que estão ou já estiveram em situação de rua, os apoiadores são pessoas que nunca estiveram em situação de rua, mas também participam das ações e reuniões do movimento.

Além do evento, integramos, como apoiadores do MNPR, uma reunião no município de Umuarama¹² sobre a política de atendimento à população de rua, com a participação de importantes lideranças, como do coordenador do MNPR no Paraná, Leonildo José Monteiro Filho, servidores que atuam em contato direto com as pessoas em situação de rua, dependentes de álcool e drogas, e a comunidade indígena que passa por Umuarama. Leonildo enfatizou a importância que de sejam feitas ações que possam resgatar muitas pessoas dessas condições, como o acesso à moradia, cuidados com a saúde – para tratar a dependência química e do álcool –, qualificação para inclusão na economia solidária e geração de renda.

Participamos, também, do I Seminário de Políticas Públicas da População em Situação de Rua da Tríplice Fronteira¹³, promovido pelo MNPR, que contou com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social. Participaram do evento profissionais ligados à Rede Socioassistencial do município, movimentos sociais, professores universitários, apoiadores, usuários dos serviços e autoridades do Brasil, Paraguai e da Argentina. Discutiui-se sobre as políticas públicas a nível Municipal, Estadual e Federal, e sobre o conhecimento das medidas

¹² Em 24 de janeiro de 2018, ocorreu uma reunião no gabinete da prefeitura do município de Umuarama-PR sobre a política de atendimento à população de rua.

¹³ Evento realizado nos dias 3 e 4 de maio, no Auditório da Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu.

adotadas em outros países. Por meio da troca de experiências, foi elaborada uma Carta Compromisso e criado um Fórum permanente para dar encaminhamento às propostas.

Atualmente, fazemos parte, como sociedade cível, da comissão municipal de debate sobre as políticas públicas voltadas à população em situação de rua do município de Umuarama/PR. Assim, comprometemo-nos como apoiadores no Estado do Paraná, para reforçar a luta de garantia de direitos, dignidade, justiça e a efetividade da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Até o momento, a pesquisa buscou apresentar algumas normativas que tratam da atenção às pessoas em situação de rua e sua referência histórica no Brasil, ressaltando o papel das políticas públicas e sua efetivação, propôs a integralidade no atendimento para essa população, ao analisar o pleno acesso e a evolução dessa política, e retratou as situações vividas por essas pessoas e a importante missão do MNPR no acompanhamento e monitoramento das políticas públicas à população em situação de rua. Sua principal bandeira de luta é contra a violação de direitos econômicos, sociais, civis e culturais para esse segmento populacional.

O próximo capítulo trata de como foi realizado a aproximação teórica com as redes sócias e políticas públicas; detalha o caminho metodológico, o processo da pesquisa de campo e cada fase dos processos percorridos; e apresenta uma abordagem qualitativa para uma melhor visualização e compreensão das redes sociais.

2 REDE SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA: APROXIMAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

O acesso aos direitos fundamentais do ser humano, como saúde, educação, alimentação, trabalho e moradia, que podem proporcionar uma vida digna, requer do poder público ações estatais que possam efetivar esses direitos, diminuindo, assim, a população em situação de rua. As políticas públicas formuladas pelo governo federal são implementadas pelas prefeituras, o que exige um esforço em coordenar os mecanismos, facilitando a sua implementação.

É por meio da rede social que as políticas públicas podem ser efetivadas e os atores envolvidos têm o desafio de fazer escolhas que permitam determinar o caminho das ações com o objetivo de solucionar os problemas sociais. A rede social tem o potencial de conectar atores de diversos níveis e categorias, enfrentando as diferentes dinâmicas relacionadas ao capital social, determinando, assim, a sua funcionalidade (DELGADO; TRIANA; SAYAGO, 2013b).

Diante da diversidade de interesses relacionados às políticas públicas, é evidente a disputa das demandas por participação nos processos decisórios dos diferentes atores da sociedade. São gestores públicos setoriais, sindicalistas, ambientalistas, conselheiros, assistentes sociais, líderes comunitários, entre outros que pleiteiam os limitados recursos para materializar os objetivos do grupo que representam (ATAIDE et al., 2016).

Em decorrência da importância dos atores e da rede social, juntamente com as políticas públicas, torna-se importante o desenvolvimento de uma aproximação teórica entre os principais conceitos relacionados a essa temática.

2.1 APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Ao estudar a produção científica sobre o tema redes sociais, notamos um crescente interesse, principalmente no campo das Ciências Sociais. Na década de 1990, no Brasil, esse assunto se torna proeminente, acompanhando as principais discussões sobre gestão e movimento social e as novas formas associativas de resistência à Ditadura Militar, à globalização e à proposição de um desenvolvimento sustentável (AMARAL, 2010).

As redes sociais são consideradas como formas de organização com a função de conectar os indivíduos de diversos níveis e categorias da sociedade, como forma de criar estruturas flexíveis de governança (BODIN; CRONA, 2009).

Para Marques (1999), as redes sociais possuem como característica central a sociabilidade dos indivíduos, uma vez que se estruturam pelas relações sociais que envolvem principalmente os indivíduos, grupos e organizações, denominados como atores sociais, em busca de uma transformação da organização social.

Ainda, Barnes (1954) propõe uma definição de rede social como sendo uma composição de pontos e linhas, em que os pontos representam as pessoas ou grupos e as linhas representam as interações entre elas. Contudo, é preciso compreender que as redes sociais não são entidades estáticas, ao contrário, são construídas por meio de um processo histórico de investimento dos indivíduos e orientadas para a construção das estruturas de relacionamento do grupo social.

Trabalhar dentro de uma perspectiva de redes sociais implica em tentar reconstruir nossa maneira de enxergar e compreender o mundo em que vivemos. Significa admitir que tudo está em relação com tudo e que não há como isolar uma parte sem considerar o todo e nem trabalhar o todo desconsiderando suas partes mais específicas, pois, na partícula mais minúscula do universo, encontramos a complexidade que o caracteriza (CARVALHO et al., 2002, p. 127).

Em decorrência do mercado globalizado, do livre comércio, do enfraquecimento do Estado, do desemprego e dos altos índices de pobreza e miséria é possível perceber mudanças significativas no mundo social. Essas situações têm gerado diversos problemas sociais e níveis elevados de violência e descaso com a vida. Assim, as pessoas têm encontrado dificuldade em buscar apoio e construir elos com outras pessoas, grupos e instituições para tentarem organizar novas propostas de vida (CARVALHO et al., 2002).

O formato das novas redes entre as diversas organizações, sejam públicas, privadas, sejam estatais, em defesa das condições dignas e direito à população em situação de vulnerabilidade social, apresenta-se como uma alternativa para a redução da pobreza. E a formação das redes sociais se constitui como um importante elemento de inovação na gestão das políticas sociais (RICO; RAICHELIS, 1999).

Marques (2006) destaca a importante relação entre a rede de atendimento e o Estado. Os detentores do poder institucional precisam de alicerces no interior das comunidades para que as políticas públicas sejam implementadas. Para o autor, há dois tipos de poderes no Estado: o poder institucional, que se relaciona à ocupação de cargos institucionais e à capacidade de comandar; e o poder posicional, que se encontra inserido nas redes sociais, relacionado à ocupação de determinadas posições.

Sobre esse ponto de vista, Vallés (2002) salienta as políticas públicas, que são definidas como um conjunto inter-relacionado de decisões que têm como objetivo a atuação em determinada área de conflito ou tensão social. São decisões tomadas no âmbito das instituições públicas, precedidas de um processo de elaboração que tem a participação de uma pluralidade de atores públicos e privados. É possível dizer, ainda, que são as decisões tomadas pelos governos para resolver os problemas que afetam a sociedade.

Para além desse entendimento, vemos que existem vários autores que abordam as políticas sociais, como: Vicente Faleiros, Evaldo Vieira e José Paulo Netto, que fazem uma relação entre as políticas sociais implementadas pelo Estado e suas implicações na esfera social. Por exemplo, segundo Evaldo Vieira (1992, p. 19), a política social foi historicamente compreendida como resposta às necessidades sociais, satisfazendo-as ou não, pois as políticas econômica e a social se vinculam à acumulação do capital como uma estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, e unicamente pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX.

Já na perspectiva de Marques (2006), que enfatiza a importância do contexto e da interação entre os atores responsáveis pela formulação e implementação de políticas, essa interação é capaz de se configurar em “estruturas de implementação”, compreendidas como um conjunto de organizações que atuam sobre o mesmo problema.

Ainda, Oliveira (2004) salienta a articulação de políticas sociais públicas, como uma maneira de garantir direitos sociais, e que devem ser constituídas “Redes Interpolíticas Sociais”, denominadas “Redes Socioassistenciais”. A autora ainda destaca a necessidade de articular as redes internamente a cada política social, bem como em relação às diferentes ações empreendidas pelas diversas políticas sociais públicas. Para ela, a formação desse tipo de rede objetiva não só o atendimento às necessidades humanas básicas, como cria formas de integralidade da assistência aos vários grupos sociais. A constituição dessa rede pressupõe relações de horizontalidade, interdependência e complementaridade, desenvolvendo as ações propostas pelas redes de políticas sociais.

Gelinski e Seibel (2008) consideram as políticas públicas como ferramentas por meio das quais o Estado atua para atender as demandas da coletividade, sejam sociais, como educação, saúde e emprego ou econômica, como pleitos fiscais, sejam de outra natureza, como tecnológica ou cultural.

Desse modo, falar em políticas públicas envolve processos participativos, decisões e resultados da ação de indivíduos e grupos que procuram metas específicas em função de diversos interesses. Conhecer os diversos atores e as relações estabelecidas entre eles permite

compreender a estrutura social que responderia às necessidades sociais e, assim, determinar a eficácia e a eficiência da gestão pública (DELGADO; TRIANA; SAYAGO, 2013a).

Assim, cabe, finalmente, avaliar a rede social no contexto das políticas públicas. A rede social, nesse contexto, é caracterizada como o conjunto de relações que mobiliza e agrupa os recursos, de modo que a ação coletiva seja capaz de se organizar em prol da solução de uma política comum. Desse modo, a rede social é vista como a solução adequada para administrar as políticas públicas e os projetos cujos os recursos são escassos e os problemas são complexos.

2.2 CAMINHO METODOLÓGICO

As atividades do mestrado iniciaram no primeiro semestre de 2016. A maioria das disciplinas cursadas estavam relacionadas ao objeto de estudo, tendo em vista que o tema proposto perpassa pelas dimensões da política social, do direito humano, das desigualdades sociais, da assistência social e da luta pelos direitos dos usuários. Da mesma forma, nas orientações foram construídas a análise e as discussões referentes às políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Diante disto, o objetivo geral foi analisar a política pública e a Rede de Atenção à População Adulta em Situação de Rua no município de Umuarama-PR. Como objetivos específicos, buscamos: identificar as organizações sociais e os espaços coletivos, enquanto atores sociais envolvidos no processo de implementação de políticas públicas de atenção à população de rua no município de Umuarama-PR; caracterizar a população adulta em situação de rua atendida pelo Centro POP, Casa da Sopa e Apromo, no município de Umuarama; e identificar quais as ações que contribuam para ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços intersetoriais nas políticas públicas, como: SUAS, SUS, Educação, Geração de Renda, Segurança Pública, etc.

Em decorrência do tema proposto, foi possível elaborar uma hipótese provisória ou parcial: o município de Umuarama, apesar de possuir uma rede de atendimento à população de rua, não atinge os pressupostos estabelecidos pela política nacional, apresentando limitações éticas e morais em relação ao atendimento dessa população.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, optamos pelo método científico, por meio de uma abordagem qualitativa, por permitir uma análise crítica e holística que visou compreender o contexto social e as políticas públicas voltadas à população em situação de rua na cidade de Umuarama-PR. A palavra holística foi usada com o intuito de destacar o

processo de análise mais ampla possível sobre a população em situação de rua sob diferentes entendimentos, buscando uma compreensão do fenômeno como um todo.

De acordo com Fonseca (2009), o método constitui um dos pontos centrais nas formas de conhecimento humano. Ao levar esse conceito para a aquisição do conhecimento em ciência, tem-se o método científico. Este, por sua vez, é caracterizado por um conjunto de procedimentos racionais e preestipulados que o pesquisador utiliza para atingir determinado objetivo.

Assim, de forma geral, o método científico é um instrumento usado pela ciência na sondagem da realidade e para sua elaboração são adotadas algumas etapas: proposição de uma pergunta; formulação de uma hipótese – por indução; testes, por meio de novas observações; e conclusão sobre a validade ou não da hipótese (FONSECA, 2009).

Já Prodanov e Freitas (2013, p. 24) conceituam o método científico como:

[...] conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

Conforme ressalta Oliveira (2003, p. 130):

Decorrente da concepção que adotamos sobre ciência e construção de conhecimento e, em específico, quanto a fazer ciência no Serviço Social, optamos por dividir o método de investigação em duas partes. A primeira, denominamos de método de abordagem e, a segunda, de método de operacionalização. Entendemos abordagem como forma de elaboração e raciocínio mental e operacionalização como sistematização de ações coordenadas de execução.

Dessa maneira, baseado na proposta de Oliveira (2003), o processo metodológico desta pesquisa foi dividido em método de abordagem e método de operacionalização. Para o método de abordagem, segundo Laville e Dionne (apud Oliveira, 2003), o processo investigativo surge a partir de um problema que leva o investigador a construir hipóteses como respostas provisórias, o que possibilita o delineamento das ações.

O problema no desenvolvimento do método científico é a delimitação do que está se investigando e o que realmente merece ser objeto de uma investigação. Para Oliveira (2003), o problema deve apresentar algumas características como: conscientizar sobre o problema, torná-lo significativo e formulá-lo por meio de uma pergunta.

A hipótese, segundo o autor, é a passagem da formulação do problema para o contexto vivenciado pelo pesquisador. Trata-se de uma resposta provisória que tem como intuito

orientar o desenvolvimento da investigação. Posteriormente, essa hipótese será confirmada ou não por meio de um caminho investigativo ordenado (OLIVERIA, 2003).

Além dessas etapas, o método científico chega à conclusão, ocasião em que o pesquisador verificará a possibilidade da indução de vários dados que permitem validar, confirmar ou modificar a hipótese, traçar um esquema explicativo e concluir acrescentando outros elementos à pesquisa (OLIVERIA, 2003).

Assim, seguindo esse modelo, temos como **problema central** a seguinte questão: As ações promovidas pelo município de Umuarama, voltadas à população em situação de rua, têm cumprido com os requisitos das políticas públicas e as reais necessidades dessa população? Isto permitiu elaborar, como afirmação provisória, a seguinte **hipótese**: o município de Umuarama apresenta uma rede atendimento, mas não atinge aos pressupostos preconizados pela política Nacional e apresenta limitações éticas e morais quanto ao atendimento dessa população.

O método científico permitiu realizar uma verificação em relação à problemática estabelecida e a hipótese formulada. Na sequência, procuramos demonstrar como foi o desenvolvimento da investigação em relação à obtenção de dados e informações, com o intuito de gerar os conhecimentos necessários à proposição de ações que possam interferir na realidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos examinar o fenômeno a partir do mapeamento da rede social, de políticas públicas, das legislações e de dados estatísticos. Assim, a abordagem qualitativa é considerada como um aprofundamento da investigação dos aspectos relacionados ao fenômeno desse estudo, com o intuito de captar as múltiplas faces da realidade vivencial dos participantes e como eles são acolhidos pela rede de atendimento do município de Umuarama.

Para realizar a presente pesquisa, utilizamos como estratégia de verificação a abordagem qualitativa, exploratória e estudo de caso. A abordagem qualitativa é decorrente a forma adequada para conhecer um fenômeno social. Isto, segundo Richardson (1999, p. 80), justifica a existência de problemas a serem estudados, que podem “[...] contribuir para um processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento do indivíduo [...]”.

Na tentativa de buscar maior familiaridade com a pesquisa, optamos por um estudo exploratório, cujo objetivo principal é prover critérios e compreensão da pesquisa. Tais características são afirmadas por Gil (1994, p. 44):

[...] as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso [...] Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado.

Considerando o objeto de pesquisa e sua delimitação, optamos pelo estudo de caso que é usado, em muitas situações, para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Trata-se de uma estratégia preferencial em comparação aos outros em situações em que as principais questões da pesquisa são “como?” ou “por quê?”, ocasião em que o pesquisador não possui controle sobre os eventos comportamentais (YIN, 2015).

De acordo com Gil (2009), o estudo de caso é um método de pesquisa que visa explorar situações da vida real, cujos limites não estão claramente definidos. É uma forma de descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação.

Já Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam que o estudo de caso é uma metodologia que busca reunir informações numerosas e detalhadas que possibilitem apreender a totalidade de uma informação. A riqueza das informações auxilia o pesquisador em um maior conhecimento e em uma possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

As ferramentas para a coleta de dados incluem: pesquisa bibliográfica, análise documental, observação e entrevista com as pessoas que frequentam os locais de atendimento à população em situação de rua. Foram realizadas 26 entrevistas em três lugares coletivos.

Os questionários dos tipos abertos e fechados foram elaborados com perguntas diretas e indiretas, que buscaram analisar as características das pessoas em situação de rua, bem como identificar os serviços sociais e as instituições que mais utilizam.

Segundo Rampazzo (2005), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas já publicadas, seja em livros, revistas, artigos, etc. qualquer espécie de pesquisa, independentemente da área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, para o levantamento da situação da questão.

Já a análise documental envolve, conforme Gil (2008, p. 45), “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa [...]”. O uso de documentos proporciona à pesquisa uma riqueza de informações, podendo ser utilizados em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na contextualização histórica e sociocultural (CECHINEL et al., 2016).

A observação, conforme o entendimento de Bechker (1972), seria uma solução para o estudo de fenômenos complexos e institucionalizados, quando se objetiva realizar análises descritivas e exploratórias, ou quando se tem o intuito de inferir sobre um fenômeno que remeta a certas regularidades, passíveis de generalizações.

Em relação à entrevista, Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que se trata de uma técnica de levantamento de dados primários, por meio do qual é realizada face a face – entrevistador e entrevistado. Além disto, os autores explicam que ela pode ser estruturada, quando o entrevistador segue um roteiro preestabelecido, ou não estruturada, quando o investigador explora amplamente algumas questões, tendo liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção, usando, geralmente perguntas abertas.

Na investigação, utilizamos uma entrevista tanto estruturada, com perguntas fechadas, com o intuito de quantificar os dados, quanto não estruturada, por meio de questões abertas, tendo como objetivo explorar todas as possíveis respostas a respeito do item, servindo de base para as considerações finais sobre o tema proposto.

2.3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo descrita neste trabalho propõe uma integração entre as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e documental. Por meio dela, a realidade pode ser interpretada a partir de todo embasamento teórico. Não há a pretensão de desvendar integralmente o real, mas de compreender e explicar a importância da rede social na concretização das políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua.

A pesquisa de campo envolveu três fases realizadas entre o período de novembro de 2017 a abril de 2018.

Fase I:

A pesquisa teve início pela fase exploratória, que consiste na caracterização do problema, do objeto de estudo e das teorias. Assim, realizamos um levantamento bibliográfico sobre redes sociais e políticas públicas, permitindo-nos conhecer mais de 30 artigos e mais de 8 livros editados. Dentre os autores que abordaram a temática rede social, destacamos: Marques (1999, 2006), Carvalho et al. (2002), Gelinski e Seibel (2008), Rico e Raichelis (1999), Delgado, Triana e Sayago (2013), Vallés (2002), Bodin e Crona (2009) e Amaral (2010).

A análise documental foi realizada por meio de relatórios e atas produzidos pelo banco de dados do Centro POP, da Apromo e da Casa da Sopa Dr. Leopoldino de Umuarama. Os

dados disponibilizados na internet, nos estatutos e nas informações obtidas com o consentimento dos responsáveis serviram para análise e fundamentação desse estudo.

Foram realizadas observações participantes nos três espaços coletivos anteriormente apresentados, com o intuito não só de conhecer toda a estrutura formal e informal de trabalho, como também de se aproximar das organizações que trabalham com a população de rua do município de Umuarama.

Fase II:

Para a concretização da pesquisa de campo, foi realizado um questionário como estratégia de verificação, com uma abordagem qualitativa. Esta é a forma adequada para conhecer um fenômeno social e, de acordo com Richardson (1999), ela justifica a existências de problemas a serem estudados. Ademais, ela pode “[...] contribuir para um processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento do indivíduo [...]”. (Richardson 1999, p. 80)

Ainda, com relação à pesquisa de campo, conforme já mencionado, as unidades de estudo de caso ocorreram Centro POP, na Casa da Sopa Dr. Leopoldino e na Apromo, do município de Umuarama. A pesquisa ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada com questões pré-definidas, que proporcionam a liberdade de serem feitas mais perguntas no decorrer da entrevista. Em geral, as entrevistas semiestruturadas se baseiam em um roteiro constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista [...]” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188), apoiadas no quadro teórico, nos objetivos e nas hipóteses da pesquisa.

A escolha do método de coleta de dados leva em conta a característica qualitativa desta pesquisa, uma vez que buscamos analisar e compreender a percepção dos entrevistados sobre as questões levantadas. Ainda, é por meio da pesquisa de campo e da entrevista com as pessoas em situação de rua que obtivemos novas informações e novos conhecimentos. São dados que permitiram estabelecer uma conexão com as fundamentações teóricas em um contexto mais amplo, entendendo a realidade e suas múltiplas transformações.

2.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa de campo serão apresentados e discutidos no capítulo 3 da seguinte forma:

- a) Breve levantamento bibliográfico sobre as organizações sociais, movimentos sociais e espaços de acolhimento da população em situação de rua;

- b) Apresentação das características dos locais de realização da pesquisa de campo, sendo eles: Centro POP, na Casa da Sopa Dr. Leopoldino e Apromo;
- c) Demonstração e análise dos entrevistados que compõem as redes de atendimento; e
- d) Compreensão dos entrevistados sobre a rede social e discussão sobre as políticas públicas criadas para a população em situação de rua.

As informações obtidas na pesquisa de campo foram tratadas da seguinte forma:

- Tratamento quantitativo: foram elaborados gráficos com o objetivo de apresentar os resultados das questões diretas da entrevista. Por meio desse método foi possível apresentar dados mensuráveis, como número de participantes do sexo feminino e masculino, faixa etária, grau de escolaridades, dentre outros; e
- Tratamento qualitativo: por meio das entrevistas e perguntas indiretas foi possível demonstrar as opiniões, as dificuldades e os anseios dos participantes.

A contextualização de dados quantitativos e qualitativos possibilitou distinguir as características dos entrevistados, bem como os serviços públicos que utilizaram, ou seja, quais as instituições buscaram e a opinião sobre os atendimentos prestados. Os dados qualitativos permitiram compreender como esses participantes, pessoas em situação de rua, são tratadas e o que esperam do poder público para que possam ter uma vida digna.

3 MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA E ANÁLISE DOS DADOS

Chegamos ao capítulo três, onde objetivamos apresentar a rede de atendimento do município de Umuarama, bem como analisar as informações obtidas na pesquisa de campo. Em um primeiro momento, identificamos as três instituições colocadas na proposta de investigação, expondo suas características, ano de criação e objetivos em relação às políticas públicas e atendimento das pessoas em situação de rua. Em um segundo momento, com o intuito de demonstrar a realidade dessas pessoas, apresentamos os dados do estudo de caso por meio de gráficos e de uma reflexão sobre as questões aludidas na investigação.

Como se observou anteriormente, a rede social é fundamental para que as políticas públicas sejam desenvolvidas de forma a beneficiar as pessoas que necessitam de auxílio, como por exemplo, a população em situação de rua. Nesse contexto, como forma de analisar a rede social existentes no município de Umuarama, realizamos um mapeamento, demonstrando a histórias dessas instituições e suas características no atendimento.

3.1 MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL DESTINADO À POPULAÇÃO DE RUA DE UMUARAMA-PR

O mapeamento inicial resultante da pesquisa na fase I permitiu a seleção de três organizações que dispõem de serviços dirigidos à população em situação de rua no município de Umuarama. Com o objetivo de identificá-las e conhecer o trabalho realizado com essa população, o mapeamento culminou no levantamento histórico sobre essas organizações.

3.1.1 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)

No ano de 2014, foi criada a unidade pública de atendimento especializado à população de rua, no âmbito de proteção social especial do SUAS. A manutenção do investimento foi dividida entre o governo federal e municipal, objetivando acolher os moradores de rua.

De acordo com a Secretaria de Assistência Social de Umuarama, o Centro POP, conforme Figura 1, é o serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Ele tem como objetivo assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento da sociabilidade, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de

vida. Ele é composto por 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 técnico em nível superior (advogado, terapeuta ocupacional, sociólogo), 4 profissionais de nível médio ou superior para execução de serviços especializados em abordagem social como educadores sociais, 2 auxiliares administrativos, 1 prestador de serviços gerais e 1 cozinheiro.

Figura 1 - Centro de Referência Especializado para Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

O Regimento Interno do Centro POP, de 2014, em seu artigo 5º, apresenta seus principais objetivos: possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; e promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. São direitos dos usuários do Centro Pop receber por escrito as normas e orientações de funcionamento do local; respeitar a história de vida e as características sociais e históricas da comunidade em que se vive; utilizar as dependências do Centro Pop nos horários estabelecidos e conforme as programações previamente combinadas; e participar de projetos extracentros realizados em parceria com entidades e associações.

Portanto, o regimento do Centro POP é um documento completo que conta com atendimento, direitos, deveres dos usuários e atribuições de cada profissional. Ainda há, no local, o termo de aceite.

Em relação às atribuições dessa rede de atendimento, o mesmo documento enfatiza que se visa: atender aos cidadãos que se encontram em situação de rua no município de Umuarama; elaborar diagnósticos socioterritoriais que permitam identificar as áreas de concentração e trânsito da população em situação de rua; identificar o perfil e especificidades desse grupo; mapear redes de serviços que possam ser articuladas ao Centro POP; e mobilizar as demais políticas públicas e órgãos de defesa dos direitos, além de requisitar segundas vias das certidões de nascimento dos usuários da instituição, junto aos cartórios competentes.

Ainda, o manual de normas e regras de convivência e funcionamento do Centro POP estabelece alguns direitos dos usuários, dentre eles: ser respeitada a sua história de vida e as características sociais e históricas da sociedade em que vive; gozar de equidade de tratamento, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza; ter assegurada as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades na perspectiva social e individual; participar das atividades e dos projetos desenvolvidos na instituição, dentre outros.

3.1.2 Casa da Sopa Dr. Leopoldino

Por meio do Plano de Ação de 2018, apresentado à pesquisadora para a elaboração do presente estudo, foi possível extrair diversas informações a respeito da instituição Casa da Sopa Dr. Leopoldino, no município de Umuarama-PR.

O Centro Espírita Allan Kardec, entidade mantenedora da Casa da Sopa Dr. Leopoldino (Figura 2), entidade executora do serviço socioassistencial de proteção social básica, atende cerca de 350 pessoas mensalmente em seus projetos, programas e serviços, e desenvolve o seu trabalho conforme o que está disposto no PNAS, na LOAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e em consonância com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e de demais políticas legais, objetivando a efetivação dos serviços da entidade, não comprometendo a eficácia dos serviços prestados aos usuários.

Figura 2 - Casa da Sopa Dr. Leopoldino



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

A Casa da Sopa é uma das entidades mais antigas de Umuarama, tendo como objetivo atender famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, garantindo a assistência social, bem como o acesso aos direitos sociais e de segurança alimentar. Desde sua concretização, em 1998, a entidade passou por muitas mudanças de posturas e metodologias no que se refere ao atendimento da população inserida nos serviços, programas e projetos. Para tanto, foi necessário estabelecer um processo de estudo, diagnóstico e discussão com dirigentes da instituição sobre a necessidade de dar continuidade ao processo de aprimoramento dos serviços, conforme preconiza a legislação.

A entidade tem como referencial a oferta de refeições, como o almoço e café da manhã, nutricionalmente adequadas a esta população em vulnerabilidade social e risco. A lei Estadual nº 15.791, de 1 de abril de 2008, que institui a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná (PESAN/PR) e a Lei Federal nº 11.346, de 15/9/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), preconizam como princípios: a universalidade e a equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação, preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas, entre outros. Aproximadamente 130 pessoas almoçam diariamente na Casa da Sopa Dr. Leopoldino e 40 recebem café da manhã.

A Casa, por meio de suas atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, busca a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; a prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou o aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; e procura proporcionar uma alimentação adequada e saudável em conformidade com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de

reduzir a situação de insegurança alimentar e nutricional e melhorar a qualidade de vida das famílias e indivíduos atendidos pela entidade.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais tipifica o Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV) de proteção social básica como um trabalho social com famílias e indivíduos, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida

O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários. As atividades propostas para o Serviço são:

A) Grupo Joana de Angelis (SCFV):

Tem como objetivo o desenvolvimento de ações socioeducativas semanalmente com as famílias inseridas na Casa da Sopa Dr. Leopoldino, visando ao reconhecimento de suas potencialidades e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

As ações desenvolvidas são as seguintes:

- Promoção da acolhida e da escuta qualificada, visando à identificação das necessidades, para construção de projetos de vida.
- Realização de palestras de cunho educativo, com temas partindo do interesse dos grupos.
- Articulação com a rede prestadora de serviços socioassistenciais e com outras políticas, objetivando potencializar a oferta de bens e serviços.
- Promoção da convivência entre os diversos grupos etários atendidos.
- Capacitação profissional e promoção para inserção no mercado de trabalho e geração de renda.
- Incentivo à organização comunitária no desenvolvimento de parcerias na formação de processo da defesa e garantia de direitos.

B) Grupo União (Programa de Defesa e Garantia de Direitos a População em Situação de Rua):

Tem como objetivo a garantia e defesa dos direitos da população em situação de rua, proporcionando um espaço de acolhida, por meio do qual os usuários relatam suas necessidades. O grupo tem por finalidade promover o resgate e/ou construção de cidadania,

considerando a exclusão em que a maioria se encontra, buscando um movimento social de defesa e garantia de direitos. Ademais, promove a acolhida e a escuta qualificada, visando à identificação das necessidades para construção de projetos de vida. As atividades são de temas transversais como cidadania e políticas públicas, visando ao fortalecimento do protagonismo e espírito de liderança, possibilitando a participação em conselhos, fóruns, conferências e demais organizações da sociedade civil.

C) Grupo Viver a Vida (SCFV):

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e da sociabilidade, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário, e na prevenção de situações de risco social. As atividades são realizadas de acordo com as características, os interesses e as demandas dessa faixa etária e considera que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social.

D) Projeto Cozinha - Almoço:

A entidade também tem como referencial o projeto Cozinha solidária, em que oferta refeições, como o almoço nutricionalmente adequado a esta população em vulnerabilidade social e risco.

E) Projeto Cozinha - Café da Manhã:

Busca contribuir para redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e proporcionar um café da manhã de qualidade, já que esta é a refeição mais importante do dia.

F) Benefícios Eventuais - Cestas Básicas e outros Benefícios Eventuais:

Tem como intuito ofertar benefícios eventuais, cesta básica, mediante a identificação da necessidade, das famílias e dos indivíduos inseridos nos serviços, programas e projetos da casa da sopa Dr. Leopoldino, por meio de intervenções de acompanhamentos como a visita domiciliar e entrevistas. Também são realizadas visitas domiciliares, visando ao trabalho de vigilância social, e à acolhida. As visitas domiciliares são compreendidas como estratégias de intervenções, com o objetivo de obter maior conhecimento a respeito da família, de sua dinâmica, seus valores, suas potencialidades, demandas, orientações e seus encaminhamentos, assim como de estabelecimento de vínculos fortalecedores do processo de acompanhamento.

G) Grupo Essência:

Grupo socioeducativo e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em que são realizados encontros com palestras com os usuários da Casa da Sopa antes do almoço.

Nestes são abordados temas transversais, visando momentos de reflexão e de socialização entre os membros do grupo.

H)BAZAR SOLIDÁRIO:

Realizado uma vez ao mês na entidade, concede roupas e calçados aos usuários da Casa da Sopa.

3.1.3 Associação de Apoio à Promoção Profissional (Apromo)

Outra instituição analisada no município de Umuarama é a Apromo (Figura 3). Trata-se de uma associação fundada no ano de 1991, sem fins lucrativos, tendo como finalidade a promoção da assistência social. Inicialmente, a associação tinha como objetivo apoiar e promover a profissionalização de jovens e adolescentes. A partir de 2009, a associação passou a atender em modalidade de albergue e casa de passagem para pessoas em situação de rua – forma que atende até hoje (APROMO, 2018).

Figura 3 - Associação de Apoio à Promoção Profissional (Apromo)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

De acordo com o artigo 4º do Estatuto Social da Apromo (2015), a associação tem como finalidades: acolher pessoas em situação de vulnerabilidade social e com seus direitos violados; abrigar andarilhos e moradores de rua desprovidos de condições financeiras suficientes para a própria subsistência; acolher crianças e adolescentes, somente na hipótese de estarem acompanhadas de seus respectivos representantes legais, visando à preservação do núcleo familiar; e acolher os usuários na modalidade de casa de passagem e, excepcionalmente, na modalidade de albergue.

Em Umuarama e região, a associação é atualmente o principal centro de acolhida de pessoas que, por diversos motivos, tornaram-se moradores de rua ou vivem sem organização familiar. Durante o inverno, a busca pelo local é ainda mais intensa. Para o atendimento nessa instituição, não há discriminação de espécie alguma, como cor, raça, religião, nacionalidade ou credo político ou religioso (APROMO, 2018).

Os moradores chegam à Apromo por meio da ação do Centro POP ou encaminhados pela própria população. Lá passam por uma triagem, em que informam dados pessoais e relatam suas histórias de vida. O tempo de permanência de cada atendido estipulado pelo órgão é de seis meses, mas não há regra. Além de abrigo, a Apromo oferece diariamente aos moradores temporários, quatro refeições, roupa de cama e produtos de higiene pessoal. Além disto, encaminha-os à Agência do Trabalhador e para tratamentos de saúde (APROMO, 2018).

O serviço de acolhimento se faz necessário para que pessoas em situação de rua tenham um espaço onde suas necessidades básicas, e, posteriormente, a necessidade individual, sejam supridas, isto é, são realizadas orientações e encaminhamentos conforme a demanda de cada usuário. São acolhidas pessoas adultas ou grupos familiares com ou sem crianças, que se encontram em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou ainda pessoas em trânsito e sem condições de autossustento (APROMO, 2018).

3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo realizada neste trabalho foi desenvolvida por meio de algumas etapas. Inicialmente, as informações foram obtidas perante as três instituições que atuam com a política para a população em situação de rua, devidamente registradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama, visando compreender suas ações e o trabalho que realizam.

Desde o início do processo de pesquisa, foram imensas as dificuldades, principalmente relacionadas à gestão municipal. Foram várias as tentativas de visitas ao Centro POP. Por exemplo, em decorrência de problemas políticos e institucionais, houve atraso e receio em passarem as informações necessárias ao trabalho. Em relação às entrevistas com as pessoas em situação de rua, o desenvolvimento também foi dificultado, pois muitos se recusaram a participar. O objetivo, inicialmente, seria abordar 60 pessoas nessas condições, porém, devido à rejeição de muitas, obtivemos um total de 26 entrevistas.

O questionário realizado com as pessoas em situação de rua possui 13 perguntas, sendo 9 diretas e 4 indiretas. Para a apresentação dos resultados, foram desenvolvidos gráficos.

A entrevista buscou obter, primeiramente, algumas informações pessoais, como a faixa etária, gênero e escolaridade. Os resultados caracterizados nos gráficos 1, 2 e 3, subsequentes, demonstram que a maioria delas possui entre 40 e 50 anos. Não foram encontrados no município de Umuarama pessoas em situação de rua acima de 60 anos. O município possui uma política efetiva para essa faixa etária, além de acolhimentos amplos para a pessoa idosa. A maioria dos entrevistados são do sexo masculino e possuem o ensino fundamental incompleto. Assim como neste estudo, na pesquisa realizada com a população em situação de rua em Florianópolis pelo Projeto Abordagem de Rua identificou a predominância do sexo masculino como moradores de rua (FRAGA, 2011).

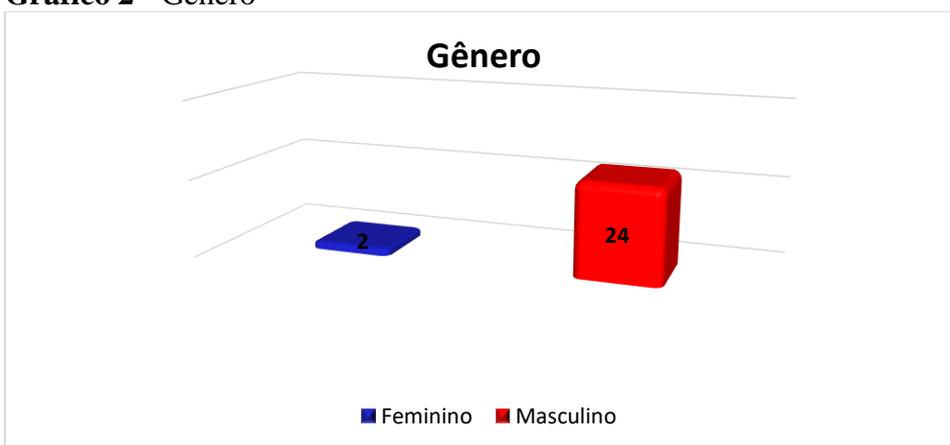
A variação de gênero, com a menor presença de mulheres na rua, pode ser devido ao fato das características culturais e históricas dos países ocidentais, uma vez que o papel de provedor do lar é do homem, assim essa pressão para o exercício dessas responsabilidades faz com os sujeitos utilizem as mais diversas estratégias de inserção no mercado de trabalho, porém como essas estratégias podem falhar, os homens tendem a buscar novas formas, como, por exemplo, a mudança para outras cidades ou regiões para arrumar emprego. Contudo, essa estratégia também pode falhar, vindo a acarretar na situação de rua. À mulher, por sua vez, sempre lhe foi conferida o papel cuidar da prole, ser a “dona de casa”. Essa característica cultural, aliada aos atos de violência à mulher, é representada pelo fato, de muitas vezes, mesmo diante da violência, a mulher não recorrer a estratégia de morar nas ruas (FRAGA, 2011).

Em relação à faixa etária predominante em algumas cidades brasileiras, temos os seguintes dados: em Porto Alegre, 26 a 45 anos: 52,25%; Belo Horizonte, 18 a 35 anos: 52,82%; São Paulo, 41 a 55 anos: 33,57%; e Recife, 22 a 45 anos; 35,61% (SILVA, 2009). Resultados semelhantes ao deste estudo.

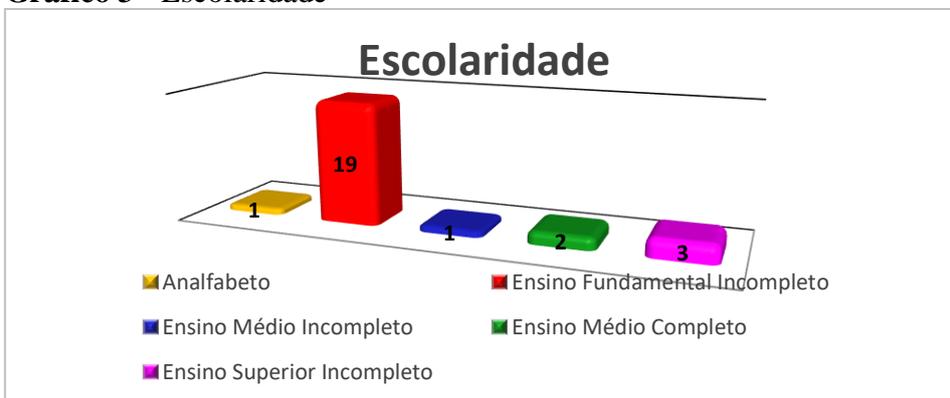
Esses dados também confirmam com o perfil das pessoas em situação de rua de uma pesquisa nacional realizada pelo Governo Federal, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2009 (BRASIL, 2009a). Essa pesquisa ressaltou a predominância de homens em relação às mulheres entre esse grupo e demonstrou que a maior parte dos moradores não concluíram o primeiro grau, o que também se observa neste estudo, pois, dos 26 entrevistados, 18 (73,07%) possuem o ensino fundamental incompleto.

Gráfico 1 - Faixa etária

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Gráfico 2 - Gênero

Fonte: elaborado pela autora (2018).

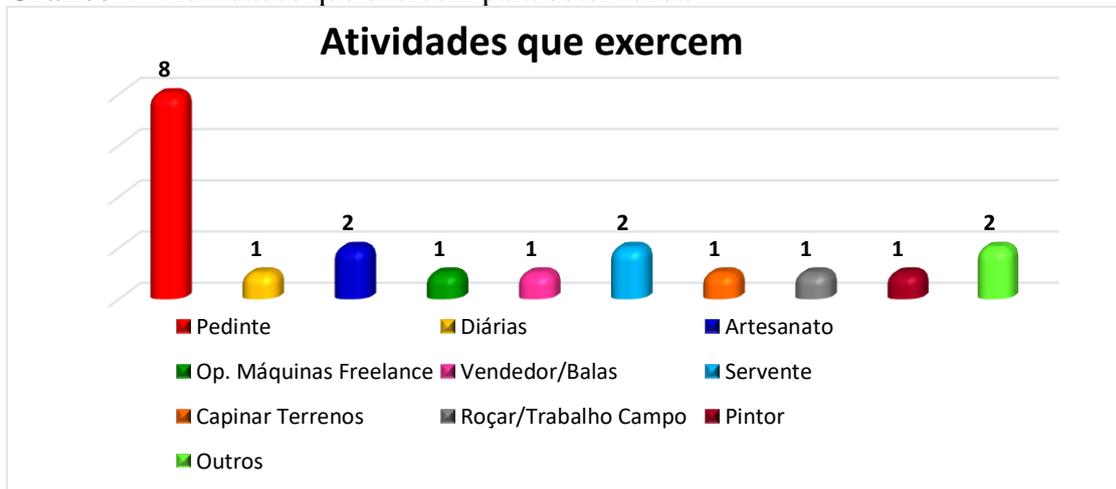
Gráfico 3 - Escolaridade

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Na sequência, buscamos apreender se os participantes da entrevista realizam alguma atividade com a finalidade obter renda, se utilizam algum tipo de droga e se possuem contato com a família. Conforme representado pelo gráfico 4, a seguir, dos 26 entrevistados, 20 (76,92%) realizam alguma atividade para obter dinheiro – como pedinte, diarista, catador de

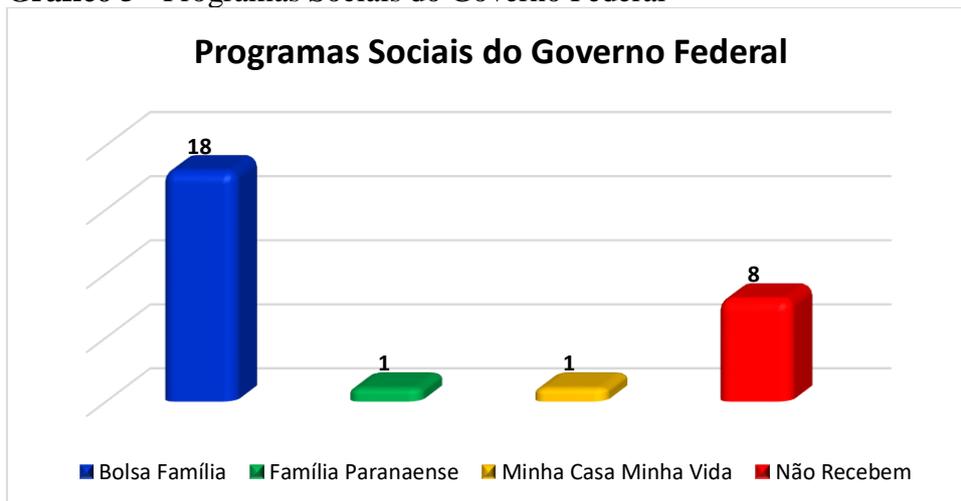
materiais recicláveis, dentre outras. Além disso, 18 (69,23%) dos participantes da pesquisa ainda contam com um ou mais benefícios dos Programas Sociais do Governo Federal¹⁴, como: Bolsa Família (100%, 18/18), Família Paranaense (5,56%, 1/18) e Minha Casa Minha Vida (5,56%, 1/18). Todavia, tais benefícios não contemplam toda população entrevistada, uma vez que 30,76% (8/26) não recebe qualquer benefício assistencial (gráfico 5).

Gráfico 4 - Atividades que exercem para obter renda



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Gráfico 5 - Programas Sociais do Governo Federal



Fonte: elaborado pela autora (2018).

¹⁴ Obrigatoriamente, é necessário que a pessoa em situação de rua esteja inscrita no cadastro único, serviço este também realizado pelo Centro POP. O cadastramento é um pré-requisito. Essa ação permite que os Governos federal, estaduais e municipais conheçam as características das pessoas em situação de rua: onde há maior concentração, qual seu perfil e quais suas necessidades. Além disso, possibilita que a rede de proteção social do município realize acompanhamento mais detido e efetivo, para promover a superação das vulnerabilidades sociais que atingem as pessoas nessa condição.

Quando questionados quanto ao uso de drogas, 88,46% (23/26) dos participantes afirmam fazer uso: de álcool, 42,30% (11/26); de cigarro, 50,0% (13/26); de drogas ilegais, 23,07% (6/26); e apenas 11,53% (3/26) afirmam não fazer uso de quaisquer substâncias, lícitas ou ilícitas (gráfico 6).

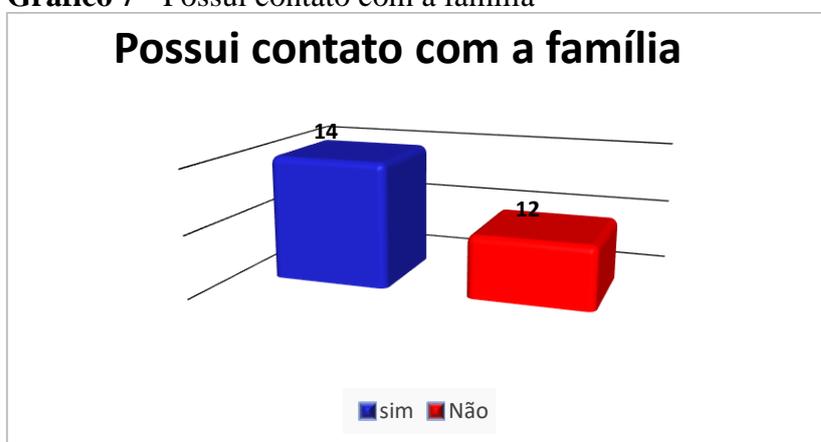
Gráfico 6 - Faz uso de drogas



Fonte: elaborado pela autora (2018).

O gráfico 7, abaixo, representa o número de entrevistados que possuem contato com familiares. 53,84% (14/26) possui contato com alguém da família por telefone e raros casos de contato pessoalmente, geralmente parentes mais distantes, como, por exemplo, um(a) tio(a) ou primo(a). Os demais (46,15%, 12/26) negam possuir qualquer contato.

Gráfico 7 - Possui contato com a família



Fonte: elaborado pela autora (2018).

A pesquisa nacional, anteriormente referenciada, também comprova que a população em situação de rua possui esse perfil: exercem alguma atividade, apresentam problemas com drogas e alcoolismo e possuem contato com a família (BRASIL, 2009a).

Outra questão abordada no questionário é o tempo em que estão em situação de rua. Foi possível observar, conforme o gráfico 8, que dos 26 participantes, 7 (26,92%) estão há menos de 1 ano nas ruas; 13 (50,0%), entre 1 e 10 anos; 2 (7,69%), entre 11 e 20 anos; 2 (7,69%), entre 21 e 30 anos; e 2 (7,69%) não se lembram há quanto tempo vivem nas ruas.

Gráfico 8 - Tempo em que estão na rua



Fonte: elaborado pela autora (2018).

A questão do tempo de permanência nas ruas também foi destaque na pesquisa nacional realizada pelo Governo. Quase metade da população em situação de rua está há mais de 2 anos dormindo na rua ou em albergue e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos (BRASIL, 2009a).

A entrevista ainda buscou compreender quais os motivos que levaram os participantes a estarem nas ruas. Foram várias as causas, como: uso de drogas ilegais (23,7%, 6/26), uso de álcool (30,76%, 8/26), conflitos familiares (61,53%, 16/26), desemprego (23,7%, 6/26), falta/perda de moradia (23,7%, 6/26), problemas de saúde (7,69%, 2/26), além de outros dois casos específicos onde um entrevistado (3,84%, 1/26) perdeu totalmente o contato com os familiares devido ao longo tempo trabalhando em empresas ferroviárias por todo país, e outro (3,84%, 1/26) que viajou para conhecer uma pessoa, o relacionamento não deu certo e não conseguiu retornar para seu estado de origem. A maioria deles retrata que os vícios em drogas, seja álcool ou ilícitas, foram os responsáveis pelos conflitos familiares e, conseqüentemente, por estarem nessa situação.

Gráfico 9 - Motivo de estarem em situação de rua

Fonte: elaborado pela autora (2018).

A pesquisa nacional executada pelo governo federal evidencia esses motivos (BRASIL, 2009a, p. 87):

Os dados referentes às razões da ida para as ruas e dos deslocamentos desta população também foram reveladores e indicam as diversas vulnerabilidades a que está população está exposta. Os principais motivos por eles apontados se referem a problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, muitas vezes de forma correlacionada, ou indicando uma relação causal entre eles.

Além disto, como perguntas indiretas do questionário, buscamos saber quais os serviços oferecidos pelas redes de atendimento de Umuarama os participantes mais utilizavam. Observamos que a Casa da Sopa e o Centro POP são as instituições que mais frequentam. No Centro POP alguns se dirigem para a higiene pessoal (banho) e se alimentarem no café da manhã, depois frequentam a Casa da Sopa. Poucos relataram que vão à Apromo, somente 5 dos moradores. Por meio dos depoimentos, enquanto respondiam a entrevista, percebemos que todos gostavam da Casa da Sopa e eram bem atendidos neste local.

Questionamos, ainda, o que precisa ser mudado no município em relação às políticas públicas para as pessoas em situação de rua. A maioria destacou que precisa de mais emprego e habitação às pessoas. Outros acreditam que precisa de uma melhor gestão das políticas, assim como a criação de mais projetos sociais. Por meio dos relatos, foi possível notar que a falta de emprego é o que mais preocupa essas pessoas em situação de rua.

Elas também informaram se já utilizaram os serviços de saúde e como foram atendidos. Alguns disseram que já precisaram e foram bem atendidos nos serviços de saúde, enquanto outros afirmaram que foram mal atendidos pelos profissionais.

Diante das respostas obtidas com as entrevistas, pudemos verificar o quanto essas pessoas em situação de rua são vulneráveis e possuem seus direitos fundamentais violados, pois sofrem discriminação, não sendo considerados sujeitos de direitos, por não estarem inseridos no modelo da sociedade. Na maioria das vezes, essas pessoas sofrem julgamentos sem terem qualquer oportunidade de expor sua trajetória e história de vida que as levaram a estar nessas condições.

Ao prejudicar e discriminar as pessoas em situação de rua, a própria sociedade e o poder público as excluem de qualquer convívio social, sem a possibilidade de estarem reinseridas no mercado de trabalho. Notamos que a principal crítica dessas pessoas é a falta de emprego, ou seja, não encontram oportunidade de trabalho no município, para que, assim, possam viver melhor, sem estarem sujeitas às condições desumanas e degradantes de viverem nas ruas.

Assim sendo, é possível verificar que a hipótese de trabalho foi confirmada de maneira parcial, uma vez que as instituições sociais de atendimento à população em situação de rua do município de Umuarama atuam de forma limitada, com atraso no alcance dos princípios e das diretrizes estabelecidos pela legislação vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação procurou identificar algumas reflexões sobre as condições de vida da população em situação de rua e o acesso aos direitos fundamentais do ser humano, e como a referida política pública direcionada a esse grupo populacional é implementada no município de Umuarama. Observamos também que esse assunto se tornou proeminente no Brasil a partir da década de 1990, em que as principais discussões começam a serem discutidas em fóruns, audiências públicas e seminários, fortalecendo, assim, os movimentos sociais pelo Brasil. A presente pesquisa teve por objetivo principal falar sobre a política pública e a rede de atenção à população de rua dentro do referido município.

Essas considerações finais não têm a pretensão de concluir o resultado desta análise. Almejamos que as contribuições iniciadas com esta dissertação sejam aprimoradas, melhoradas e que contribuam para o surgimento e/ou continuidade de novos estudos.

Ao analisar o acesso às políticas públicas, por meio de revisão teórica e da pesquisa de campo, buscamos desenvolver um estudo sobre esse tema, devido ao aumento do número de pessoas que se encontram em situação de rua, e pesquisar como as políticas públicas e a rede de atendimento especializada podem auxiliá-las, garantindo-as uma vida digna.

Abordar a problemática da população em situação de rua significa demonstrar a situação de pessoas/trabalhadores com direitos sociais mínimos, que rescindiriam com a ordem estabelecida na sociedade capitalista contemporânea e que se encontram diante de situações de pobreza, vulnerabilidade, carência e dependência em relação aos serviços socioassistenciais.

Analisar esse fenômeno social requer certa cautela, porque as causas das pessoas em situação de rua são múltiplas e variadas, remetendo a fatores circunstanciais, inerentes à trajetória de vida de cada indivíduo – além de fatores próprios do sistema capitalista de produção.

Considerando as informações obtidas no decorrer deste trabalho, foi possível observar que a população em situação de rua constitui uma parcela da população brasileira que se encontra extremamente pobre, sem acesso ao ensino e excluída do mercado de trabalho formal. Os dados permitem concluir que, apesar das políticas públicas existentes e do trabalho das redes sociais, essas pessoas necessitam de maior atenção, com ampliação e reorganização das instituições acolhedoras, com políticas públicas mais abrangentes e oportunidades de atividades remuneradas.

Apesar de existir no município de Umuarama algumas instituições de atendimento às pessoas em situação de rua, ainda é possível notar uma precariedade no atendimento, já que muitas pessoas ainda se encontram sem qualquer amparo do poder público. A rede social proporciona uma alternativa complementar às ações governamentais, mas ainda são insuficientes para atender a todos que necessitam.

Conforme a entrevista realizada com os participantes, foi possível observar que a principal causa de estarem em situação de rua é a falta de empregos, bem como a dependência de drogas, lícitas ou ilícitas. Os participantes demonstraram que apesar de conseguirem ter acesso às instituições, ainda são escassos os projetos sociais e a rede de atendimento. Evidenciamos, também, o preconceito da sociedade em relação às pessoas em situação de rua, já que são prejudicadas, afinal dar emprego a uma pessoa que mora em um acolhimento institucional gera um grande preconceito. Se a pessoa estiver literalmente na rua, as chances são ainda menores. Dessa forma, elas possuem seus direitos fundamentais negados.

Verificamos que a rede social é uma ferramenta essencial para a gerência das políticas públicas. No entanto, não pode ser vista como uma solução para todos os problemas sociais, já que existem certas limitações, principalmente relacionadas à hierarquia de poderes, exclusão social e burocracia nos órgãos públicos, que podem comprometer todo o funcionamento e os resultados das ações.

O estudo e a vivência da pesquisadora permite vislumbrar algumas propostas que podem ser implementadas de modo a melhorar e ampliar os serviços e o acesso aos direitos. Entre elas, destacamos:

- A adequação urgente da equipe técnica do Centro de Referência Especializado para Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP), de acordo o manual de Orientações Técnicas do MDS.
- O estabelecimento, pela Secretaria Municipal de Umuarama, junto às instituições sociais, de um local adequado para alimentações aos finais de semana e feriados para as pessoas em situação de rua.

Ressaltamos que para que ocorra essa possível articulação dentro do município de Umuarama, é necessário o fortalecimento da Comissão Intersetorial de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento da Política de Atendimento à População em Situação de Rua, que foi constituída pela Resolução CMAS nº 11/2015, mas que se encontra inativa no momento.

A população em situação de rua é um problema social que atinge diversas cidades do Brasil e pede uma solução nacional de integração de políticas, por meio do desenvolvimento

de uma política nacional para essas pessoas, em parceria com os governos estaduais e municipais. O problema de cada um desses indivíduos se apresenta como um problema nosso, um dano à nossa humanidade. É preciso chegar aos que mais precisam, pois são eles que nos mandam sinais diários da vulnerabilidade a que estão expostos. Assim, é necessário que aprendamos a ler esses sinais para mudar a realidade, devolvendo a dignidade de cada um.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, D. P. **A Rede de Atenção à População em Situação de Rua**: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo. 2010. 161f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- ANDRADE, C. F. **Quem são Moradores de Rua?** [Online], 2009. Disponível em: <<http://cf-andrade.zip.net/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.
- ARGILES, M. S.; SILVA, V. R. Assistência social e população em situação de rua. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, V, **Anais...** São Luiz, Maranhão, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSESS_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.
- ATAIDE, J. A. R. et al., Análise da influência das redes sociais na formulação de políticas públicas. **Revista de Administração da UEG**, Goiânia, v. 7, n. 3, p. 102-116. 2016. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_administracao/article/view/3970/3962>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- BARNES, J. A. **Class and Committees in a Norwegian Island Parish**. **Human Relations**, Cambridge, n. 7, p. 39-58, 1954.
- BECHKER, H. A. Observation by informants in institutional research. **Quality & Quantity**, v. 6, n.1, p. 157-169, 1972.
- BODIN, O.; CRONA, B. I. The role of social networks in natural resource governance. What relational patterns make a difference? **Global Environmental Change**, v. 19, p. 366-374, 2009.
- BOTTI, N. C. L. et al. Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, out./dez., 2009.
- BOZZI, A. H. P. Moro Onde Não Mora Ninguém: Praça Raposo Tavares, s/n., Maringá, PR/BR. **Revista Urutaguá**- revista acadêmica multidisciplinar, Maringá-PR, v. 6. p. 1-10, abr./maio/jun./jul. 2006.
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 1993.
- BRASIL. Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua para consulta pública**. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Ru... Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional da Assistência Social, 2009b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. **Saúde mental e direitos humanos: Contribuições para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial.** Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro De Referência Especializado De Assistência Social – CREAS.** Brasília, DF: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

BRASIL. **Proteção Social Especial.** 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/perguntas-e-respostas/arquivos/1pse-institucional.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Centro POP - Para população de rua.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/centro-de-referencia-especializado-para-populacao-de-rua>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

BRITO, M. M. M. A abordagem e a clínica no atendimento aos moradores de rua portadores de sofrimento psíquico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [Online], v. 26, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a13.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2017.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977

CANTARINO, C. A organização internacional dos moradores de rua. **Ciência & Cultura.** São Paulo, v. 57, n. 1, p. 6-7, jan./mar., 2005.

CARVALHO, A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Revista do PPGPS – UENF,** Campos dos Goytacazes, v. 1, n.3, p. 73-86, set./dez. 2007.

CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (Orgs.) **Políticas públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

CECHINEL, A., et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação,** Criciúma, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/download/2446/2324>>. Acesso em: 13 set. 2017.

CENTRO POP. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas. SUAS e População em Situação de Rua, Volume III.** Brasília, DF, 2011.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos,** n. 4, p. 1-15, dez. 2005.

DELGADO, A. B.; TRIANA, D. R. R.; SAYAGO, D.A.V. A contribuição das redes sociais na elaboração de políticas públicas participativas. ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES, **Anais...** Araraquara, SP, 2013a. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspublicas/encontrosinternacionais/pdf-st13-trab-aceito-0165-3.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DELGADO, A.B.; TRIANA, R. R.; SAYAGO, D. A. V. A perspectiva relacional das redes sociais no contexto das políticas públicas participativas. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [online], 2013b. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/24/redes-sociais.html>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

FOLHA ONLINE. **TJ aceita denúncia ligada a massacre de moradores de rua de SP**. [Online], 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129516.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FRAGA, P. “**A Rua De Todos**”: Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. 2011. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

G1 PR. **Morador de rua é morto a tiros em ponto de ônibus no Centro de Curitiba**. Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/morador-de-rua-e-encontrado-morto-em-ponto-de-onibus-no-centro-de-curitiba.ghtml>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, SC, v. 42, n. 1, p. 227-240, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIORGETTI, C. **Moradores de Rua: uma questão Social?** São Paulo: FAPESP/ EDCU, 2006.

HEIDRICH, A. V. Transformações no Estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1019/799>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

JOSÉ FILHO, Pe. M; DALBÉRIO, O. **Desafios da pesquisa**. Franca: UNESP - FHDSS, 2006.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade Oaradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, out. 1999.

MARQUES, E. C. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 15-41, fev. 2006.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 23-32, mar. 2005.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MORAES, A. R. de. et al. Moradores de Rua. ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XIII, ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, IX, **Anais...** Paraíba, 2009. Disponível em: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/.../1013_0620_01.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2018.

MUCHEMBLED, R. **Uma história da violência**: do final da idade média aos nossos dias. Tradução de Luis Felipe Sarmiento. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2014.

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985

OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social no Brasil**: fundamentos e estratégias. 2003. 537f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

OLIVEIRA, M. Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais – espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 1-13, dez. 2004.

OLIVEIRA, H. S. M.; OLIVEIRA, M. H. de. **A população de rua e as relações capitalistas**. Campina Verde, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/894/870>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

PEREIRA, P.A.P. **Política social**: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução Sara adamopoulos. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 2013.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAQUEL, S. A. **Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis**: Um Estudo Do Núcleo De Apoio À Família-Rodoviária. 2012. 51f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE PUC-SP, 1999;

RODRIGUES, R. I. **O lugar dos pobres e a violência na cidade**: um estudo para o município de São Paulo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Economia Social e Demografia Econômica. São Paulo, 2005.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec; Rede Rua, 2005.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, M. L. **Trabalho e População em situações de rua no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 293p.

STIVAL, M. C. E. E.; JUNGES, K. S. O estudo da violência na sociedade e na escola: uma reflexão à luz do materialismo histórico. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IX, ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOLOGIA, III, **Anais...** Curitiba, 2009. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2977_1397.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

TORRES, M. L. Moradores de Rua no centro de Triagem da Fundação Leão XIII: Experiências, reflexões, e relações interpessoais. **Democratizar**, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, p. jan./abr., 2008.

TROTTA, W. **Política Social: Perspectiva De Medidas Efetivamente Públicas**, [S.l.], 2008. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

VALLÉS, J. M. **Ciencia política: una introducción**. Barcelona: Ariel, 2002.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo A - Parecer Consubstanciado do CEP	722
Anexo B - Declaração do Movimento Nacional da População de Rua.....	733
Anexo C - Instrumento de Coleta de Dados.....	744
Anexo D - Termo de Responsável pelo Campo de Estudo	75

Anexo A - Parecer Consubstanciado do CEP

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA (PR).

Pesquisador: KELLY CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINELLI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68277717.8.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.090.421

Apresentação do Projeto:

Este projeto foi concebido como pesquisa a ser realizada como parte integrante das atividades de curso de mestrado em Serviço Social, área de Concentração Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus Toledo - PR. A pesquisadora pretende investigar a população em situação de rua atendida pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centro Pop, no município de Umuarama, no município de Umuarama (PR). A realização da pesquisa pretende ampliar os conhecimentos referentes do atendimento a essa população frente ao que é preconizado pela Política Nacional e à realidade local do município de Umuarama.

A metodologia proposta é a de pesquisa qualitativa que deve aprofundar a investigação das questões relacionadas ao fenômeno da população de rua. A pesquisadora propõe a realização de entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários, complementando a investigação pelo estudo documental e análise de conteúdo e bibliográfico. A pesquisa prevê também, como estratégia de ação o estudo de caso, exploratório e quantitativo.

O universo de sujeitos atendidos contempla a população adulta em situação de Rua, numa amostra de 60 pessoas que são atendidos pela rede que expressa à implantação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Telefone: (45)3220-3272

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

Anexo B - Declaração do Movimento Nacional da População de Rua

Movimento Nacional da População de Rua

Curitiba, 25 de janeiro de 2018

Movimento Nacional da População de Rua do Paraná vem por meio desta declaração que Kelly Cristina Oliveira Martinelli faz parte de nossos apoiadores no estado do Paraná, onde ela tem participando em vários espaços lutando para garantir os direitos e a política nacional da população de rua, e a dignidade e justiça para esse público, declaro eu Leonildo José Monteiro Filho RG10492249-0 SSP-PR, CPF 29578569807, conselheiro nacional dos Direitos Humanos e coordenador nacional do MNPR.

Leonildo José Monteiro Filho

Coordenador Nacional

Movimento Nacional da População de Rua – Paraná

Contato MNPR: 41 3079-8620 / 41 9 9720-1959 / leonildojmonteiro@gmail.com

Anexo C - Instrumento de Coleta de Dados

1. Faixa etária: () De 18 à 30 anos () De 30 à 40 () De 40 à 50 () De 50 à 60 Acima de 60 ()

2. Gênero: F () M ()

3. Escolaridade:_____.

4. Recebe ou já recebeu algum benefício assistencial?

() sim () não

Qual_____.

5. Atividade que exerce para ganhar dinheiro:

() sim () não

() pedinte () flanelinha () engraxate () guardador de carro () outros, qual:

_____.

6. Faz uso de drogas ilícitas ou drogas ilegais?

() sim () não Qual_____.

7. Referência Familiar

Faz contato com a família: () sim () não. Parentesco_____.

8. Situação de rua

Tempo de rua: () mais de 1 ano, quantos _____ anos; () dias, quantos_____.

Semanas, quantas_____; () meses, quantos_____.

Local onde fica_____.

9. Motivo da situação de rua

() uso de drogas () uso de álcool, () conflitos familiares () desemprego () falta de habitação ou perda de moradia () problemas de saúde () preferência ou opção própria.

() outros, qual:_____.

10. Qual desses serviços oferecidos pela rede de atendimento de Umuarama você usa mais? E você gosta?

11. O que precisa ser mudado dentro do município para melhorar a política pública para as pessoas em situação de rua?

12. Você já precisou dos serviços de saúde? Foi bem atendido?

13. Gostaria de dizer algo?

Anexo D - Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo**TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO**

Título do projeto: A REDE DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA (PR).

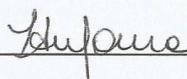
Pesquisadora: Kelly Cristina de Oliveira Martinelli

Local da pesquisa: Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Umuarama- Paraná

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Izamara Amado de Moura

A pesquisadora acima identificada está autorizados a realizar a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares.

Umuarama, 21 de março de 2018.



Izamara Amado de Moura

*Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP*

*Aprovado na
CONEP em 04/08/2000*